



«QUANDO SE TRATA DA VERDADE OU DA JUSTIÇA,  
PODE CUSTAR A MINHA VIDA, EU ESCANDALIZO TUDO».

«O TRABALHO É O QUE FAZ O MUNDO».

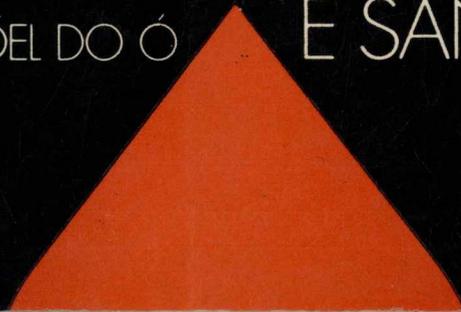
«EU SOU UM CRIADOR»



100 ANOS DE SUOR E SANGUE

MANOEL DO Ó

VOZES



100  
ANOS  
DE  
SUOR  
E SANGUE

MANOEL DO Ó

2ª Edição

**M**anoel do Ó, o operário cuja vida e luta se contam neste livro, não é uma figura de ficção. Nasceu, viveu e morreu em Pernambuco. Ao seu funeral, no dia 15 de agosto de 1969, compareceram velhos e jovens operários, companheiros das lutas pioneiras da classe trabalhadora no início do século e colegas da oficina em que trabalhou seus últimos anos de vida.

Manoel do Ó atravessou várias gerações, semeando sempre com o seu testemunho sementes da dignidade, da solidariedade, da justiça e do amor.

Manoel do Ó foi um dos numerosos militantes operários, conhecidos ou anônimos, que dedicam sua vida ao serviço da promoção e libertação dos companheiros de trabalho, com inteligência e coragem. Teve um nome conhecido e respeitado: Manoel do Ó; mas seu exemplo, nascido da força interior, identifica-o com todos os homens engajados no combate pela vitória dos valores humanos.

Seu testemunho oral, transferido para este livro, tem extraordinária importância histórica, porque revela, com fidelidade, homens e jornadas do movimento operário

100 ANOS DE SUOR E SANGUE

 **COMPRA, VENDA E TROCA**  
**WWW.SEBOCULTURAL.COM.BR**  
**45 3023 2011**  
Rua Jorge Sunways, 623 - Centro - Rio de Janeiro

---

# **100 anos de suor e sangue**

---

**HOMENS E JORNADAS  
DA LUTA OPERÁRIA DO NORDESTE**

2ª edição



EDITORA VOZES LTDA.  
Petrópolis RJ 1971

## PREFÁCIO

*Manoel do Ó é o autor legítimo deste livro.  
Escreveu-o com uma vida de 100 anos  
de trabalho e luta. Com suor e sangue.  
A idéia de publicá-lo nasceu de uma  
equipe de trabalhadores, cuja convivência  
e amizade com Manoel do Ó os tornou  
depositários de uma mensagem que  
não tinham o direito de guardar para si  
— pertencia a toda a classe operária,  
a todos os que lutam pela  
justiça e liberdade.*

A.C.O.  
Recife

*Se o espírito do Criador desce, o espírito  
criador, tanto da natureza como do homem, sobe.  
Daí ser o trabalho a grande força criadora.  
Trabalho inconsciente da natureza física. Trabalho  
consciente da natureza humana. Essa criatividade  
da natureza física e da natureza racional só se  
opera com a cooperação do tempo, pois exige um  
esforço paciente e continuado. Ao contrário da  
criatividade divina, que se exerce independente do  
tempo e do espaço, de modo imediato e gratuito.*

*Quando lemos, portanto, a história de um ser humano,  
como esta que neste livro se desenrola, ao longo de  
um século contado dia a dia, — não cem anos de  
solidão mas cem anos de mutirão — defrontamo-nos  
com o mais eloqüente exemplo do que representa  
essa mais nobre e mais fecunda das forças criadoras.  
E quando se trata de uma criatura humana que  
labutou, desde os doze anos de idade, para seguir  
literalmente o preceito bíblico, — do homem que  
ganha a vida não de graça, mas com o suor da sua  
fronte — estamos em face de um espetáculo que nos  
dá uma definição de vida, mais perfeita, do que nos  
podem dar todas as filosofias, e mesmo as teologias.*

Até nas reflexões que essa criatura nos legou, — formuladas por êsse humilde trabalhador manual, e registradas no capítulo final desta obra recolhida e redigida por seus companheiros e amigos — até mesmo, portanto, em sua sabedoria êsse homem não foi apenas um herói anônimo da luta pela vida. Foi um verdadeiro sábio.

Quando dizia aos seus amigos — «o trabalho é o que o homem tem de melhor»; ou quando acrescentava: «não sou pobre. Pobre é quem não trabalha»; ou quando explicava aos amigos, na comemoração do seu centenário: «não estou na rua, não estou no hospital, não estou na casa dos filhos. Vivo do meu trabalho, sou independente e tenho 100 anos de vida», eram ou não da mais autêntica sabedoria essas sentenças de um centenário que foi a imagem viva do Povo brasileiro, ou melhor, do Povo em si, em sua mais simples e perfeita formulação? Eram ou não a mais bela formulação do que é um homem livre? Coloco essas reflexões, em sua essência, acima de tudo o que um gênio das letras universais, Maurice Barrès, exprimiu em um livro clássico da literatura francesa moderna, procurando definir o que era «Un homme libre».

E que caráter de antes quebrar que torcer! Quando prêso, e um policial lhe oferecia dinheiro e naturalmente liberdade para que denunciasse os companheiros, respondeu com uma sobriedade lapidar de inscrição romana: «Obrigado. Não aceito. Sou artista, prefiro trabalhar».

Sou artista... Quando o liberalismo burguês, no século XIX, dividiu a sociedade moderna em três planos paralelos: os proprietários, os operários e os artistas, criava o germe de tôdas as opressões e de tôdas as revoluções atuais do século XX. Os proprietários ficaram com o capital; os operários ficaram com o trabalho; os artistas ficaram com a imaginação. E como as paralelas só se encontram,

dizem, no infinito, a terra do nosso mundo finito ficou entregue ao caos ou a um duelo de vida ou morte entre finalidades, temperamentos e interesses contraditórios e hostis. A oposição em vez da composição.

Quando na realidade o operário é um artista, como o artista é um operário. E ambos devem ser proprietários, pois a propriedade só é um mal quando é «um roubo», isto é, quando privilégio de uma pequena minoria, como nos regimes capitalistas, privando a maioria da população dos benefícios que ela pode trazer, como garantia da liberdade. Pois, como dizia Chesterton, «é preciso distribuir a propriedade para a defesa da liberdade».

A liberdade é um bem ainda maior que o trabalho, por ser um fim e êste um meio. O trabalho sem seu fruto natural, a propriedade, é um meio incapaz, por si só, de garantir a liberdade.

Por isso é que Manoel do Ó, — o herói e o sábio dêste documento precioso, embora naturalmente um tanto canhestro na sua elaboração — passou uma vida de tremendas e contínuas privações, graças à qual se tornou, na sua humilde condição, um herói e um sábio. O que, entretanto, a nem todos é dado ser. E' mister que ao trabalho humano se dê, não só a dignidade intrínseca que possui, mas ainda o gôzo dos seus frutos, para uma vida de famílias, que não são constituídas normalmente de santos, de sábios ou de heróis, mas de criaturas comuns como todos nós.

Manoel do Ó, porém, foi um pioneiro. Foi um homem de vanguarda, além de ser um exemplo vivo do homem do povo. E de modo particular do nosso povo brasileiro, tão louvado pelos que pretendem liderá-lo, como esmagado pela brutalidade da lei da oferta e da procura como se o trabalho humano fôsse apenas uma mercadoria, ou quando muito uma «mão-de-obra»

como o designam os orçamentos de cifras implacáveis e desumanas.

Manoel do Ó, nordestino, descendente de índios e de portugueses, foi um soldado das lutas do povo brasileiro por sua emancipação. Ao longo das páginas que se seguem o leitor encontrará alguns dados interessantes sobre a formação do proletário brasileiro, a partir de meados do século XIX. E o próprio autor do capítulo I desta obra coletiva e anônima, ao noticiar o nascimento de Manoel do Ó a 31 de janeiro de 1869, diz mesmo que «Manoel do Ó nasceu quando nascia o proletariado brasileiro... Quando Manoel do Ó nasceu, o Brasil tinha 62 empresas industriais, 14 bancos, 20 companhias de navegação a vapor e um comércio que se desenvolvia atraído pela mineração e animado pelo dinheiro dos grandes senhores da terra, que já não podiam comprar escravos, por ter terminado, em 1850 o tráfico de braços escravos para o Brasil».

Eram os primeiros sinais de uma aurora industrial prestes a despontar com a República e a sua política protecionista, que justificaria o futuro slogan: «O Império é a agricultura». A República não foi só a indústria, mas terá de caminhar, se quiser consolidar-se, para o equilíbrio ainda inexistente entre a indústria e a agricultura.

Nesses meados do século XIX, — particularmente depois dos primeiros golpes no «trabalho escravo», assestados interessadamente e não idealisticamente, pela «pérfida Albion», que vinha sofrendo com êle em seu comércio internacional — surgiram os primeiros sinais do futuro Brasil industrial. E surgiram também, tanto da massa popular como das elites cultas ou econômicas, personalidades de valor excepcional, que iriam lutar pelo mesmo fim, embora partindo de extremos opostos e com mentalidades totalmente diversas.

Coloco, já agora, esta simples e canhestra biografia de um obscuro operário nordestino ao lado de outra biografia aparecida há cerca de meio século, a de «Mauá» por Alberto de Faria, em que se contava a história de um grande capitão de indústria. Manoel do Ó foi um Mauá do povo brasileiro do século XIX e XX, como Mauá foi um Manoel do Ó da elite do seu tempo... O Manoel do Ó das massas durou cem anos e trabalhou todos os dias de sua vida de homem, literalmente até morrer. Mauá, o Manoel do Ó das elites, morreu em plena maturidade, mas também trabalhou, a seu modo, até morrer. Nem por sombra se conheceram em vida, colocados que estavam em duas daquelas paralelas que só no infinito se encontram... Mauá, o «empreendedor» na linha dos «proprietários», e Manoel do Ó, o «artista», na linha dos «operários». Na realidade, porém, estavam irmanados na mesma onda criadora, na mesma evolução tecnológica e no mesmo movimento histórico, embora cegos em face um do outro e em barricadas opostas. Pois fôra Mauá que, por sua iniciativa, fizera funcionar a primeira via férrea brasileira, em 1854, quinze anos antes de nascer Manoel do Ó! E êste, que começara a trabalhar num engenho de cana com 12 anos, em 1881, iria ingressar aos 27 anos, em 1896, como foguista, na estrada de ferro da Usina Bom Jesus, que seria o seu 37º emprego!

Compare-se a estabilidade de Mauá, o criador de nossas estradas de ferro, com a instabilidade de Manoel do Ó, que entraria como auxiliar de foguista, em 1896, depois de percorrer 36 empregos distintos, e só em 1906 seria foguista de primeira classe da Great Western, já casado e com sete filhos! Comparem-se os dois destinos, ligados pelos mesmos trilhos e sem desconhecer os dramas da vida dura de Mauá, ter-se-á uma imagem viva do que representa a luta insana dos de baixo para subirem!

Pois assim como não podemos anular o esforço pessoal de um Mauá na industrialização do Brasil, como pretendeu Castro Rabelo, não podemos anular a pessoa de um Manoel do Ó, no movimento histórico irreversível que revela a maré montante das massas trabalhadoras, na formação econômica e política do Brasil.

Três erros iguais e contrários: atribuir a industrialização exclusivamente aos capitães de indústria, como Mauá; atribuí-la exclusivamente aos militantes operários, como Manoel do Ó; atribuí-la apenas à dialética determinista da luta das duas classes. Só a colaboração das três forças, mesmo inconsciente, é que explica a história de nossa formação social estável e duradoura. Composição e não oposição.

O que acontece é que, até hoje, os capitães de indústria, como Mauá, tiveram os seus biógrafos. Os movimentos dialéticos e imanentes da História também começam a tê-los. Mas os biógrafos dessas personalidades humanas, humildes e sofredoras, como um Manoel do Ó, tão importantes como um Mauá e tão mais heróicas e sofridas, êsses até hoje não apareceram. Penso, por isso mesmo, ser êste um documento inédito. A história de um filho do povo nordestino mais autêntico, simples operário, mas que foi líder de sua classe, que tomou parte nos maiores movimentos grevistas de Pernambuco, foi prêso e perseguido, ligando seu nome à história da conquista, pelo povo, das regalias que hoje começa a obter e da posição dominante que amanhã terá, não só na economia mas na política nacional, — êsse tipo de biografia ainda não se fêz no Brasil. E é não só uma lacuna historiográfica, mas acima de tudo uma tremenda injustiça humana. Só do registro das três forças em ação: o determinismo histórico da promoção operária, um dos «sinais dos tempos» de que falou João XXIII e da elevação do trabalho

de dominado a dominante; a ação pessoal dos trabalhadores líderes como um Manoel do Ó e a ação intensiva de empreiteiros afoitos e desinteressados, como um Mauá, — só do estudo dêsses três afluentes principais da nossa história econômico-social é que se poderá ter um verdadeiro «retrato do Brasil» futuro.

Eis por que considero êste livro, embora ainda imperfeito em sua redação anônima, com capítulos excelentes e outros fracos, com repetições inúteis ou informações úteis mas incompletas, — considero-o como obra da maior importância e documento humano e histórico de valor.

Manoel do Ó morreu poucos dias depois de ter completado 100 anos. «Eu desejo morrer trabalhando», dizia sempre. «Tinha êle 92 anos quando entrou no último emprêgo, como mecânico. As suas mãos continuaram firmes, a sua lucidez perfeita, a sua capacidade profissional intacta», diz um de seus biógrafos anônimos desta obra admirável.

«Nunca conheci o medo», costumava dizer. «Quando o trabalhador tem medo é que não conhece o seu valor». Ou então: «Quando se trata da verdade ou da justiça, pode custar a minha vida, eu escandalizo tudo». «E' o trabalho que faz o homem». «Não teria chegado aos cem anos se não fôsse o estímulo permanente que me veio do trabalho».

Essas e outras máximas humanas dêsse extraordinário exemplar humano, registradas neste documentário de uma das mais belas vidas do povo brasileiro e nordestino, no que tem de mais autêntico, farão dêste livro uma pedra humilde mas fundamental da história social de nossa terra.

Oxalá sirva ela também para que o futuro aprenda a lição nêle contada. Quando se separa a sociedade em camadas estanques, em que um Mauá desconheça totalmente um Manoel do Ó, e vive-versa, o resultado

*é o que estamos vendo: um mundo entregue à  
violência social, com a espada de Dâmocles de uma  
nova guerra universal, já agora coletivamente  
suicida para toda a humanidade, pairando de um fio  
sobre nossos ombros.*

*Será que os homens são incorrigíveis? E que só  
mesmo à custa «do suor e sangue» de heróis anônimos  
como este se possa organizar uma sociedade mais  
livre e mais justa, sempre com a ameaça de recair  
em novas opressões e injustiças?*

*Ou será possível que o exemplo de um entre muitos  
Manoéis do Ó, como este, possa servir de lição e de  
modelo à nossa imperdoável imprevidência?*

ALCEU AMOROSO LIMA

## CAPÍTULO I

---

### HOMEM AOS 12 ANOS



A preta velha não estava preparada para a humilhação pública.

Sua grande vaidade, a única vaidade que a pobreza lhe permitia, era a de exibir os vultosos quadris, que rebolava hábilmente, apesar da idade, quando atravessava as ruas retas, de poucas casas, daquele povoado que não crescia.

Seriam verdadeiros, dela mesmo, os quartos que muitas jovens invejaram na velha negra?

Todos pensavam que sim. E até ela às vezes o admitia, tão habituada estava às ancas postiças e aos olhares que o escondido enfeite atraía.

Só Manoel do Ó, o moleque mais safado das redondezas, desconfiava de tão exuberante recheio. Não era menino de ficar com dúvidas. E decidiu que valeria a pena correr o risco de mais uma surra da mãe, em troca da verdade sôbre os tão admirados quartos.

Ele queria a verdade.

Um dia, executou o plano. Ele sabia que, naquele horário, todos os dias a mulher passava por ali, na rua principal, sempre vestida de branco. E ela apareceu, andar faceiro, enchendo a rua deserta com seus requebros. Manoel do Ó atacou de surpresa, com a agi-

lidade felina dos seus 10 anos ferventes de curiosidade.

A última ilusão feminina da preta caiu no chão. Arrancadas pelas mãos decididas do travêso garoto, as invejadas ancas ali estavam, humilhadas e humilhantes. O escândalo espalhou-se rápido pelos poucos recantos do vilarejo, com a mesma velocidade com que a velha negra corria, agora sem quartos e sem bamboleios, fugindo à vergonha do escárnio público.

As duas previsões de Manoel do Ó confirmaram-se: as ancas eram falsas, agora todos sabiam; e ao chegar em casa, esperava-o a mais feia surra que já apanhara. Mas nem chorou: era o preço da verdade, uma verdade que, para êle, valia mais do que tôdas as surras do mundo.

Surra. Eis aí um assunto em que o menino Manoel do Ó era entendido. Apanhou muitas, na curta infância que terminou aos 12 anos, quando herdou do pai moribundo a responsabilidade de sustentar a família. Era o filho mais velho.

Na busca do primeiro emprêgo, logo que ficou órfão, seguiu o itinerário de quase todos do lugar: Usina Salgado, dona dos horizontes verdes de caça que limitavam o pequeno e pobre mundo da gente de Nossa Senhora do Ó, sede civil do município de Ipojuca.

Assim se fêz homem o menino Manoel do Ó. Homem no trabalho e na revolta, criança nos sonhos e no choro. A penugem da puberdade ainda não chegara, mas pêlos de outra espécie já irritavam sua cara sem sorrisos — os pêlos da cana que carregava, dia inteiro, para a esteira.

Foi essa a maior surra de tôda a sua vida. Uma surra que o fêz adulto aos 12 anos.

Então, corria o ano de 1881, quando o Brasil, com seus 200 estabelecimentos fabris, começava a sentir, com mais intensidade, as transformações do processo industrial, que avançava da Europa para o resto do mundo. No Rio de Janeiro, tipógrafos (1858) e caixeiros (1876) já haviam feito as primeiras greves, sintomas do despertar da massa trabalhadora como classe. Ao lado das transformações técnicas e econômicas, que modificavam as regras do jôgo da produção, acontecia o amadurecimento social do proletariado, um amadurecimento lerdo a chegar ao Nordeste, mas manifestando-se no Rio de Janeiro, capital da política e das idéias do País.

Os horizontes verdes da Usina Salgado eram, para Manoel do Ó, naquele tempo, os limites do mundo. Eram a sua verdade. Nesse mundo e nessa verdade, carregava cana com o corpo, ganhando um salário que nem dava para assustar a fome que cercava sua família. Êle não sabia, ainda, que os trabalhadores podiam unir-se para fazer greves. Não sabia que o mundo estava em ebulição, agitado pela revolução da ciência e das novas idéias sociais.

Êle nem sequer conhecia Recife, capital do seu Estado, cidade de 95 mil habitantes que ficava ali, a 60 quilômetros de Nossa Senhora do Ó.

Manoel do Ó era apenas um menino que aprendera a lutar com a única arma que a vida lhe dera: o trabalho. Para êle, era a arma mais digna, a mais importante, a única com que poderia vencer. E trabalhava, de sol a sol, ao lado dos homens, com responsabilidades iguais. Trabalhava com honestidade e vigor, porque já então gostava de ser o melhor.

Era a sua maneira de lutar. Era o seu instrumento de independência e liberdade.

Já não apanhava surras. O menino travêso transformara-se num trabalhador sério, responsável, precoce-

mente feito homem. Era o chefe da casa. Mas conservava, intacta e produtiva, tôda a vivacidade que fizera famosas suas diabruras de menino.

Nas noites de lua, olhando os canaviais que representavam transparências verdes ao luar, Manoel do Ó sempre recordava sua infância de fome e travessuras. E nesse recordar que gerava revolta temperava sua alma de lutador.

Aos cinco anos já era safado». Dizia isso quando lembrava os ingênuos tratos que fazia com os santos do santuário doméstico. Vez por outra, retirava do santuário alguns dos poucos vinténs ali depositados pelas promessas humildes das mulheres. Não eram roubos, mas empréstimos (que nunca pôde pagar...). Jamais êle esqueceu aquêle dia em que pediu dois vinténs emprestados a Santo Antônio, fazendo com o santo um trato de segrêdo recíproco. Não queria que a mãe soubesse. Mas o santo não cumpriu o trato. A mãe de Manoel do Ó, desconfiada com o cheiro de cachaça que saía da bôca do filho, apertou-o até à confissão, seguida da adequada surra.

Não foi a única zanga de Manoel do Ó com os santos da casa. Maior que essa, a maior de tôdas, foi por não terem curado o pai, pedido que fêz muitas vezes, com promessa e tudo.

Os santos do santuário sempre foram a grande esperança da família e da meninice de Manoel do Ó.

Com o pai doente, incapaz de prover o sustento da casa, o único meio de sobrevivência era a pesca em rios e mangues. Quando a fome fechava mais o cêrco, então Manoel do Ó e seus dois irmãos, Porfirio e Maria, ganhavam os matos para colhêr bananas verdes, que a mãe transformava numa sopa de sabor travoso. Café de manjerioba aliviava o paladar.

Café de verdade, carne e outros alimentos mais ricos eram privilégio que ninguém conhecia naquela família. Nem os santos davam jeito.

Manoel do Ó cresceu assim, entre surras e fome, fazendo travessuras com quem podia, apelando aos santos, olhando o pai doente, naquele definhamento que a morte tecia, até nada lhe restar de vida. Assim Manoel do Ó aguçou seu instinto de sobrevivência, num fortalecimento da determinação de lutar que se manifestara conscientemente pela primeira vez aos cinco anos de idade, quando — por iniciativa própria ou a pedido da mãe, quem sabe — resolveu fazer ganchos de pau para vender.

Nas meditações das noites de luar verde, Manoel do Ó sempre via a figura do pai enfêrmo, estendido na cama anos a fio, sempre mais fraco, sempre mais impotente, sempre mais vencido, até que a morte o libertou. E foi então que o sofrido menino nordestino fêz a opção mais importante de sua vida: trabalharia até morrer, para morrer de pé.

Só muitos anos depois, já homem e militante operário, com profissão e vida definidas, quando os horizontes verdes da Usina Salgado haviam sido ultrapassados pela sua determinação de encontrar mundos diferentes, sem fome e sem cana, é que Manoel do Ó descobriu quanto significava ter nascido no século XIX.

Aprendera a ler sem professor, pegado a velhas cartilhas de Laudelino Rocha. E então soube de coisas que nunca ninguém lhe contara.

Com um século de atraso, teve informações da Revolução Francesa, que irradiou por tôda a Europa e pelo mundo o incêndio do liberalismo, com a burguesia no poder, exercitando, em benefício próprio, o lema que rompeu fronteiras para derrotar a aristocracia: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*. Liberdade que possibili-

tasse o desenvolvimento do comércio, menores impostos e livre concorrência; Igualdade que forçasse a nobreza a trabalhar e levasse a burguesia ao poder; Fraternidade que permitisse o maior número de pessoas receber os benefícios da produção.

Da Revolução Francesa nasceu uma nova civilização, a civilização do liberalismo econômico, do lucro, da divisão do trabalho em função da produção, da concentração dos instrumentos produtivos nas mãos de quem tinha dinheiro. Dessa civilização nasceu o progresso econômico e industrial. E nasceu o proletariado, multidão dos «sem nada», vendedores de trabalho aos poucos detentores da propriedade.

Nasceu o antagonismo entre propriedade e trabalho.

A revolução mecânica, iniciada em 1785, em Nottingham, com a utilização, pela primeira vez, da máquina a vapor (James Watt, 1769) num descaroçador, deu dimensões maiores e apressou a revolução industrial que a burguesia comandava.

Esse e todos os outros inventos dos séculos XVIII e XIX caíram, fácil e naturalmente, nas mãos dos países e dos homens de maior poder aquisitivo, que passaram a explorá-los economicamente, aumentando seu domínio sobre os meios de produção.

Mas a mecanização da indústria criou, também, a necessidade de mão-de-obra preparada. Exigiu educação. E isso provocou o acordar progressivo de uma consciência política e social nos trabalhadores.

Quando Manoel do Ó nasceu, no dia 31 de janeiro de 1869, Karl Marx já havia dirigido o seu «Manifesto» aos proletários de todo o mundo (1848) e, com «O Capital» (1867), já lançara os fundamentos mais profundos do marxismo. Em Londres, já fôra fundada a Primeira Internacional Operária (1864), inspirada e estimulada por Marx e pouco depois transferida para Bruxelas. A França também já tinha a sua Federação dos Sindicatos, transformada mais tarde (Congresso de Limoges, 1895) em Confederação Geral dos Trabalhadores, a famosa CGT. As primeiras lutas operárias es-

tavam iniciadas há algumas décadas na Europa, onde a questão operária adquirira grande agitação, com o surgimento dos primeiros sindicatos e cooperativas (estas, especialmente na Inglaterra) e as tentativas de organizar o proletariado em plano internacional.

Quando Manoel do Ó nasceu, numa casinha modesta da rua da Batalha, em Nossa Senhora do Ó, havia um mundo nôvo para além do horizonte todo verde que circundava e fechava a vida do povoado. Um mundo que já tinha telégrafo, petróleo, navios e trens movidos a vapor, pára-raios, dínamo. Um mundo que já fazia experiências com energia elétrica, mas quais resultaria, na década de 80, uma revolução dentro da revolução mecânica, com o aproveitamento da energia elétrica em movimento mecânico e em luz e calor artificiais.

Quando Manoel do Ó nasceu, Simon Bolívar (1763-1830) já tinha vivido e morrido, passando à história como herói da independência da América Latina.

Mas Manoel do Ó só muito mais tarde soube dessas coisas.

Quando Manoel do Ó nasceu, o Brasil tinha 62 empresas industriais, 14 bancos, 20 companhias de navegação a vapor e um comércio que se desenvolvia atraído pela mineração e animado pelo dinheiro dos grandes senhores de terra, que já não podiam comprar escravos, por ter terminado, em 1850, o tráfico do braço escravo para o Brasil.

Manoel do Ó nasceu quando nascia o proletariado brasileiro.

•

«Acabou a escravatura dos negros, começou a escravatura dos brancos». Essa frase seria dita por Manoel do Ó, quando já era conhecido como o operário artista, o líder corajoso mas quase sempre anônimo que enfrentava patrões e polícia nas greves em que entrava, o

homem que sempre se fêz respeitar pela inteligência ou pela força do braço.

Ele, que tanto se interessou pela abolição da escravatura nos seus primeiros anos de militância operária — conheceu até Joaquim Nabuco, — revelava, nessa frase adulta, uma percepção histórica e social que não adquirira ainda, quando carregava cana na Usina Salgado. Nessa época, menino feito homem pela morte do pai, concentrava tôda a sua inteligência, vivacidade e força na luta pela sobrevivência imediata, a sobrevivência do dia-a-dia.

Manoel do Ó tinha razão na sua frase.

O Brasil, antes de 1840, era o grande importador do braço escravo, utilizado nas grandes fazendas, nas plantações de açúcar, algodão e café. Com a revolução industrial na Europa, começou a procura do ouro. E o Brasil, tirando proveito da abundância desse metal em seu território, entrou no ciclo da mineração. Era esta uma atividade diferente das que se exerciam nas fazendas. Não produzia alimentos. E isso forçou o surgimento de um grupo comercial nos arredores das minas fornecendo alimentos e outras mercadorias aos que ali trabalhavam.

Assim surgia o embrião proletário, com a utilização de assalariados nessa atividade comercial.

Por êsse tempo, a Inglaterra, em fase de acelerado desenvolvimento industrial, precisava colocar seus produtos manufaturados nos mercados externos. O Brasil estava entre seus objetivos. Mas no Brasil, grande parte da população era constituída de escravos, gente que não ganhava salários, portanto, gente que não comprava. Os ingleses começaram, então, a deter em alto-mar os navios que transportavam escravos para o Brasil, até que, em 1850, conseguiram o desaparecimento definitivo dos carregamentos negreiros.

Tal acontecimento teve grande importância no surgimento do proletariado brasileiro. Com a extinção da importação do escravo, os grandes fazendeiros, donos da terra, voltaram-se para o meio urbano e começaram

a aplicar suas riquezas nas atividades comerciais, usando mão-de-obra assalariada.

Entretanto, aos poucos, a revolução industrial penetrava no Brasil. As primeiras fábricas surgiam. Em 1850, existiam no País, pelo menos, duas fábricas de tecidos, 10 de produtos alimentícios, duas de caixas e caixões, sete de produtos químicos. E uma grande concentração operária já se implantara em Niterói: Cerca de mil operários trabalhavam nos estaleiros de Mauá, incluindo a fundição e oficinas mecânicas.

A escravatura, como regime de exploração do braço humano, começava a ser antieconômica, confrontada com os novos processos produtivos. E êsse fator econômico emprestou grande força à campanha abolicionista, plenamente triunfante só em 1888 (13 de maio), com a Lei Áurea.

Jornais pernambucanos da época revelavam que, no Recife e em mais 12 municípios da província, houve uma redução superior a 50% no número de escravos matriculados, entre 1872 e 1887: 41.222 e 20.279, respectivamente.

Enquanto diminuía a população escrava, aumentava a população assalariada, crescia o proletariado. Uma diferença: em vez de pessoas, comprava-se trabalho. Outra diferença: os escravos tinham seu preço defendido e valorizado pelos próprios senhores; o trabalho não tinha preço, porque eram muitos os braços e poucos os empregos.

«Quando acabou a escravatura dos negros começou a escravatura dos brancos». Era o triunfo da burguesia sôbre a aristocracia, também no Brasil. Era o liberalismo impondo suas leis — mais lucros, mais produção, mais concorrência — ao processo econômico brasileiro.

Eis os números: quando a princesa Isabel decretou a liberdade dos escravos negros, o Brasil possuía 600 fábricas; nos seis anos imediatos, chegaria a mil.

Ainda menino, Manoel do Ó descobriu uma verdade que seria muito importante para toda a sua vida de trabalhador e militante operário. Descobriu que o trabalho era o seu maior valor, o seu único instrumento de luta.

O sangue guerreiro que lhe corria nas veias deve ter contribuído para essa descoberta do trabalho, como instrumento de luta. Seu avô materno foi o índio caeté batizado Antônio Caetano Caeté. Dêle terá ouvido o menino Manoel do Ó história de um passado de lutas que os caetés, donos do litoral nordestino, travaram e perderam para Duarte Coelho, este ajudado pelos tabajaras, inimigos nativos dos caetés.

A agressividade indígena manifestava-se em Manoel do Ó desde a primeira infância, nas travessuras e nas brigas em que se envolvia com muita facilidade. Uma agressividade estimulada pelo anseio de independência e liberdade — também indígena — que a pobreza e a fome frustravam. Agressividade que só se acalmava quando, livre dos olhares e das surras maternas, corria pelos campos, longe das poucas casas de Nossa Senhora do Ó, para namorar as águas também livres dos rios Merepe e Ipojuca, que banhavam as terras verdes de cana da Usina Salgado. E os dias mais felizes e tranquilos eram aqueles em que podia alongar a fuga de poucas horas até às praias onde começava o mar e o mistério, cinco quilômetros além. De lá, como que num ensaio de adeus que um dia gritaria àquelas terras de miséria, olhava a igreja de Nossa Senhora do Ó, que há quase três séculos dera nome ao povoado.

Quantas vezes terá sentido a tentação de não voltar?

Mas sempre voltava, lento e triste, para as travessuras, para as surras e para o silêncio que rodeava a cama de seu pai enfermo.

Manoel do Ó gostava muito do pai, José Ramos de Oliveira. No passado, antes que a doença lhe roesse as fôrças do corpo e da alma, êle fôra homem de muito

orgulho e decisão forte. E o menino aprendeu a admirar o pai quando, nas longas horas de vigília ao lado da cama febril, lhe ouvia a voz fraca contar coisas do passado.

«Oliveira» era sobrenome inventado. Êle vinha da família Ramos Cunha, dona de terras e de escravos, e dona, também, de idéias e hábitos que não agradavam ao espírito aberto e justiceiro do jovem José. Orgulhoso e decidido, numa questão mais quente renunciou às terras e aos escravos, abandonou a família e repudiou o nome, adotando o «Oliveira» que transmitiria aos filhos nascidos do casamento com Maria Basília, a filha do índio.

Manoel do Ó não herdou só o nome sem raízes; herdou, também, o orgulho e o espírito de decisão do pai. A opção adolescente — uma opção que valeu para toda a vida — de fazer do trabalho o seu instrumento de luta, independência e realização, foi uma afirmação do orgulho e do caráter forte que trazia do berço.

Manoel do Ó, o menino travêso, e Manoel do Ó, o militante operário, sempre agiram impulsionados pelos mesmos sentimentos e pelos mesmos valores. Nessa mescla de agressividade caeté e orgulho «Oliveira», formou-se um lutador que foi dono de sua vida para lutar contra a mentira e a injustiça. Em menino, usando a travessura como arma; depois, substituindo a travessura pelo trabalho.

A velha negra, despojada dos postiços quadris, deixou de exhibir sua mentira. Não enganou mais ninguém. Foi uma das primeiras vitórias do lutador nascido na rua da Batalha, em Nossa Senhora do Ó.

## **CAPÍTULO II**

---

### **A LONGA VIAGEM ATÉ À CLASSE OPERÁRIA**



Não foi fácil ao jovem Manoel do Ó conquistar o lugar de foguista de locomotiva, na Usina Bom Jesus. Isso aconteceu em 1896, quando ele tinha 27 anos.

Foram precisos 14 anos para que Manoel do Ó descobrisse os seus rumos de homem e de operário. Desde 1881, quando, com apenas 12 anos, começou a carregar cana para sustentar a família, ele percorreria um itinerário de 36 empregos, quase sempre em usinas, rodeado de canaviais.

Um itinerário bem nordestino. De emprêgo em emprêgo, de usina em usina, num círculo vicioso de miséria, onde o trabalhador nunca se fixa, porque o trabalho é pouco para muitos braços.

Um itinerário sem profissões definidas. A lei maior era a da sobrevivência imediata, catando o pão de cada dia onde houvesse um salário para ganhar.

A única coisa permanente que Manoel do Ó encontrou nesses 14 anos foi o cenário inalterável dos canaviais, verdes de falsa esperança. *Cana* e *açúcar* foram as palavras que marcaram sua vida de adolescente e de jovem. Era o Nordeste histórico que o marcava, limitando-lhe os horizontes da vida.

Porque açúcar sempre foi a palavra que caracterizou a realidade e as potencialidades da região. Produto tão antigo quanto o Brasil, suas raízes se fixaram primeiro no Nordeste, com os primeiros colonizadores. Já em 1526, nos livros da Casa da Índia (repartição do Reino onde as mercadorias provenientes do Brasil pagavam impostos), liam-se anotações que falavam de açúcar. Portanto, mesmo antes de Duarte Coelho, Pernambuco fabricava açúcar em quantidade suficiente para exportar.

Quando começou essa atividade agro-industrial, que ainda hoje é termômetro das crises ou da prosperidade do Nordeste? Qual foi o primeiro engenho? Onde teria sido montado? Qual o sistema?

Manoel do Ó morreria sem essas respostas.

Até porque a sua ambição maior de jovem sempre foi libertar-se da cana e da injustiça que ela simbolizava em sua vida. Que interessava a êle saber que o primeiro engenho de que há notícia foi chamado de Nossa Senhora da Ajuda, fundado em 1535, no lugar hoje conhecido por Forno de Cal? Que interessava a Manoel do Ó que o fundador dêsse engenho se chamasse Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho e com êle aqui chegado em 1535 para tomar posse da capitania de Pernambuco?

O importante para Manoel do Ó era aquela locomotiva que lhe entregaram, na Usina Bom Jesus. Mesmo como foguista, era a sua primeira locomotiva. Não a dirigia, mas ela dependia dos seus braços, da sua atenção, dos seus cuidados.

Nunca Manoel do Ó conheceu locomotiva tão importante e tão bonita.

Mas não foi fácil.

Manoel do Ó entrou na Usina Bom Jesus para o seu 37º emprêgo, em 1895. Logo sentiu que alguma coisa ia mudar. Era o primeiro emprêgo em que não teria de suportar, junto ao rosto, a penugem irritante da cana. Foi contratado como «cossaco» de estrada de

ferro: trabalharia no alinhamento, conservação e avançamento da estrada de ferro da usina.

E' certo que, bom trabalhador, vigoroso e disposto, êle seria solicitado para outros serviços: nas bombas de ar, nas máquinas de moenda, no paiol; trabalhava, às vêzes, de servente de pedreiro e malhador. E sempre se saía bem porque, nos trinta e seis empregos que antes percorrera, aprendera de tudo um pouco, fazendo ou vendo os outros fazer.

Aprender coisas novas, eis a sua obstinação maior na determinação de armar-se para a luta da vida. Além disso, sabia obedecer sem permitir que o humilhassem. Talvez porque também era bom no mandar. Provava isso no último emprêgo, na Usina Salgado: ali estêve quatro meses como «encarregado de serviço» e revelou-se um chefe enérgico, mas compreensivo e humano.

Agora, na Usina Bom Jesus, cuidando da estrada de ferro, êle não iria perder a oportunidade. Quando se afastava dos trilhos para dar passagem às composições de transporte, Manoel do Ó ficava olhando a locomotiva e imaginava-se dentro dela, enchendo-lhe de lenha o ventre incendiado. E sempre que podia, dava um jeito de trabalhar de engatador de vagões. Às vêzes, conseguia mesmo subir na locomotiva e ajudar o foguista de serviço.

Assim passou um ano, até conquistar o que queria: fixar-se como foguista de locomotiva. Por isso, 1896 foi um ano muito importante na vida de Manoel do Ó.

O menino que comerciava com os santos empréstimos para emergências infantis e que despojava das ancas postiças, em plena rua, negras vaidosas; o menino que sonhava com outros mundos, embalados pelo sussurrar do mar que nascia naquela praia por êle visitada nas fugas domésticas; o menino órfão de doze anos que herdou do pai, além do orgulho e da miséria, a res-

ponsabilidade de matar a fome que cercava a família — êsse menino, Manoel do Ó, de mãos e alma calejadadas por 14 anos de trabalho sofrido e esperanças adiadadas, fizera-se um homem de caráter e de virtudes.

Tinha — como não? — os defeitos de qualquer mortal: mulherengo, não perdia arrasta-pé nem rejeitava briga. As vêzes, chegava a provocá-las. Definindo-o, Luís Araújo, que foi seu companheiro de lutas operárias ainda não contadas, diz tudo numa frase:

— Questão de honra, resolvia no braço.

Não era só pela força do braço que Manoel do Ó se fazia respeitar, naquele ambiente nôvo em que entrava, como foguista da locomotiva. Ele se impunha, principalmente, pela retidão e firmeza de caráter que lhe vinha do berço e que moldara na forja bruta dos canaviais, trabalhando de sol a sol.

Mais do que hoje, a honestidade e a honra tinham, naqueles tempos, seus ritos para manifestar-se. Ritos sérios e respeitados, porque honra de gente era coisa com que não se brincava. Arrancar um cabelo do bigode e entregá-lo a alguém como prova solene de compromisso ou de verdade era cerimônia sagrada no relacionamento e no trato entre as pessoas.

Manoel do Ó usava opulento bigode, mas raramente arrancava seus cabelos. A sua palavra, forte e respeitável como seu braço, jamais foi colocada em dúvida.

Na locomotiva da Usina Bom Jesus, exposto ao calor da caldeira insaciável de lenha, Manoel do Ó já podia ver, além dos trilhos ainda curtos em que corria com sua máquina, outros trilhos mais longos, que se estendiam além dos canaviais, penetrando nos horizontes livres e desconhecidos que êle só conhecia de imaginação.

Eram os trilhos que levavam ao mundo sem cana e sem o verde endêmico em que sempre vivera.

Nesse mundo desconhecido para o foguista Manoel do Ó, a classe operária já aprendera a lutar contra a injustiça, apoiada pelo brado de Leão XIII, o papa que em 1891 escandalizou o mundo com a encíclica «Rerum Novarum», através da qual, embora tarde, a Igreja Católica surgia como «a grande protetora da dignidade sagrada da pessoa humana, dos seus direitos invioláveis e universais».

O 1º de maio já se transformara na grande data mundial dos trabalhadores, depois das históricas jornadas de Chicago: em 1886, a primeira greve em prol da jornada de oito horas; em 1887, nova greve geral, também em Chicago, desta vez com o sangue de mortos e feridos tingindo o chão, pela ação repressiva da polícia; em 1888, com nova manifestação operária, na celebração do aniversário das primeiras vítimas da América do Norte; em 1889, transformado em «sinal de comunidade e ação operária» pelo Congresso Operário de Paris, o 1º de maio adquiria dimensões internacionais; e, em 1889, celebrado pela primeira vez na América Latina, em Buenos Aires, pelos operários do grupo Vorwärts. Foi nesse ano que a «American Federation of Labour» propôs que o 1º de maio passasse a ser feriado mundial, como data operária.

O vigor das manifestações do 1º de maio refletia um movimento operário que se expandia em conscientização e em estrutura. Os sindicatos nasciam e atuavam na Europa e nos Estados Unidos. E, também, na América Latina: em 1878, fundara-se, na cidade de Buenos Aires, o primeiro sindicato autêntico do continente latino-americano — a União Tipográfica, que impôs aos patrões a jornada de 10 horas nas oficinas dos jornais.

Era êsse mundo que aguardava Manoel do Ó, agora operário de verdade, dentro da sua locomotiva. Uma locomotiva negra e fumegante, silvando, entre canaviais, os gritos de independência que iam na alma do foguista.

Manoel do Ó chegaria lá, a êsse mundo de trabalho e de luta, feito por homens iguais a êle que entendiam o trabalho como instrumento de realização humana e se recusavam a aceitá-lo como dimensão nova de escravatura. E por isso lutavam.

No Brasil, além dos canaviais que o fogueira sonhador ainda não ultrapassara nas suas viagens sôbre trilhos, já se manifestava também, e com vigor crescente, o despertar operário.

De 1890 a 1895, fundaram-se no País 452 fábricas. E ampliavam-se cada vez mais os transportes marítimo e ferroviário, setores onde ocorreram os primeiros movimentos grevistas de expressão: em 1891, os ferroviários da Central do Brasil entraram em greve para apoiar a revolta da esquadra de Deodoro; e em 1895, os empregados nas oficinas da mesma estrada de ferro, localizadas no Engenho de Dentro (Estado do Rio), faziam uma greve para conseguir aumento de salários.

O movimento operário que começava no Brasil era fortemente influenciado pelos imigrantes, principalmente italianos e espanhóis, entre os quais se recrutava em grande parte a mão-de-obra industrial. Êles traziam consigo a experiência, o sentido e os objetivos dos grupos operários europeus, mais politizados e inconformados com a injustiça social imposta pelo capitalismo industrial.

O processo de industrialização brasileiro, acelerado depois da abolição da escravatura, precisava dessa mão-de-obra mais preparada e disponível, que chegava da Europa.

Com os operários imigrantes, entravam nas fábricas as idéias anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e outras variantes que caracterizavam o movimento operário europeu. E ao lado dêsses homens e dessas idéias, estavam, também, os trabalhadores vindos das plantações de café e da lavoura, mesclados de ex-escravos.

Era a matéria-prima em que se caldeava uma camada social nova, com características próprias — a classe operária brasileira.

As entidades de classe começavam a surgir, umas com objetivos assistencialistas, outras com determinações mais reivindicatórias, já numa linha sindicalista. As primeiras manifestações classistas apareciam com as greves na Central do Brasil. E a seiva da solidariedade espalhava-se aos poucos, dando força representativa aos movimentos que se tentavam. Em 1894, por exemplo, a policia paulista invadiu a casa n° 110 da rua Líbero Badaró, para prender nove operários italianos e alguns brasileiros que combinavam as comemorações do 1° de maio para aquêle ano.

Tudo isso acontecia além dos curtos trilhos ferroviários que não ultrapassavam os canaviais, onde Manoel do Ó dialogava com sua locomotiva sonhos de liberdade que acalentara durante 14 anos.

•

Mas Manoel do Ó já estava atento às notícias que chegavam à Usina Bom Jesus, trazidas pelos ventos que vinham do Recife, a capital distanciada pelo mistério de 60 quilômetros, ainda intransponíveis para êle.

Eram notícias que falavam de fábricas, de indústrias, de coisas outras que não açúcar e cana. Notícias que anunciavam uma verdade nova: o Nordeste também começava a industrializar-se.

Enquanto Manoel do Ó percorria seus 36 empregos, sobrevivendo e amadurecendo como homem e profissional, o horizonte plano do litoral nordestino era cortado pelas primeiras chaminés fumegantes que não cheiravam a açúcar.

A indústria têxtil surgia.

Foi em 1876 que se fundou a primeira fábrica, por iniciativa do comendador Barroca, que investiu no empreendimento tôda a sua fortuna pessoal. Era a Fábrica

de Tecidos da Madalena, então arrabalde do Recife. Mais tarde transformou-se na atual Companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco, a Fábrica da Tôrre.

O treinamento dos operários, os altos salários pagos aos mestres ingleses e as dificuldades próprias a qualquer empreendimento pioneiro, além da concorrência dos produtos similares estrangeiros, tornaram difíceis os primeiros anos da nova indústria. Mas o advento da República e as facilidades criadas pelo governo provisório (1889) não só permitiram à fábrica da Madalena superar suas dificuldades como estimularam o surgimento de novas empresas têxteis, no primeiro surto industrial de Pernambuco.

Assim, em 1900/1901 fundaram-se e implantaram-se, quase simultaneamente, a Companhia de Tecidos Paulista, a Companhia Industrial Pernambucana (Fábrica de Camaragibe), a Fábrica de Tecidos de Apipucos, a Fábrica de Goiana e a Fábrica de Malha da Várzea.

Com essas fábricas, dentro delas, nasceram os primeiros aglomerados operários do Nordeste, formados por trabalhadores inteligentes e aptos, que rapidamente assimilaram as novas técnicas de produção.

Havia, também, uma fábrica de pólvora, no povoado de Ponte dos Carvalhos (município do Cabo), conhecida por Fábrica da Pontezinha, que produzia e vendia a «pólvora elefante». Fôra fundada na década de 60, por um sueco chamado Herman Lundgren, que mais tarde se transformaria num dos principais empresários da indústria têxtil, quando, em 1904, adquiriu a Fábrica Paulista, que pertencia à firma Rodrigues Lima e Cia.

Entre as primeiras indústrias têxteis de Pernambuco, uma houve que se notabilizou pelas preocupações sociais de orientação cristã, inspiradas nas posições e idéias dos industriais católicos mais avançados da Europa, («Os pioneiros»), no fim do século passado. Foi a Companhia Industrial Pernambucana, ou Fábrica de Tecidos Camaragibe.

Seus proprietários construíram, ao lado da fábrica, uma vila operária com 152 casas, algumas das quais reser-

vadas para a instalação e funcionamento de serviços comunitários, como cooperativa, padaria, escola, consultório médico e círculo católico. As outras, eram ocupadas pelas famílias dos operários casados. E para alojar os operários solteiros, foram construídos dois prédios, com 12 quartos cada um. Registram os escritos da época que as casas do centro eram providas de esgôto, o que prova a elevada concepção de bem-estar social que informava aquela empresa, embora manifestada de forma assistencialista.

A Fábrica de Tecidos Camaragibe cresceu, modernizou-se, acompanhou os tempos. Mas, ao que parece, as preocupações sociais de inspiração cristã não evoluíram do mesmo modo: morreram poucas décadas depois.

Tocando sua locomotiva, gostando de ver o verde dos canaviais desaparecer sob a fumaça negra que ela vomitava, Manoel do Ó ouvia falar dessas fábricas mas dava importância maior à cartilha de Laudelino Rocha, na qual aprendia sozinho a conhecer as letras e a formar as primeiras sílabas. A cartilha, sim, era importante, muito mais importante do que as notícias que os jornais do Recife publicavam, desde 1888, de pelo menos três entidades de classe operária: a Liga Operária Pernambucana, a Associação dos Tipógrafos de Pernambuco e a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

O compromisso que amadurecia no íntimo de Manoel do Ó, sem êle sentir, não era com aquêle presente de lenta industrialização e tímidas organizações operárias. O seu compromisso era com o futuro, nem êle sabia qual, mas que pressentia se aproximava, para testar sua coragem de homem e sua grandeza de lutador do trabalho.

Depois de largar a locomotiva, quando o sol se escondia, todos os dias Manoel do Ó se agarrava à sua cartilha, perto do candeeiro de pavio de mamona pendurado na parede de taipa. E assim avançava nos mistérios das letras que davam saber aos homens. Sôzinho, venceu a cartilha e a ignorância, como sôzinho havia aprendido tudo que a vida lhe ensinara.

Hoje, os pedagogos inventam e aplicam métodos científicos para alfabetizar crianças e adultos. Mas, no canto mal iluminado de sua modesta casinha, em Nossa Senhora do Ó, o fogueista teimoso e inteligente descobriu seu próprio método, que explicava assim quando, já velho, caía nas evocações:

— Lia sem nenhuma pontuação, como uma locomotiva.

Já alfabetizado, conduzido pelo espírito prático que sempre o caracterizou, Manoel do Ó comprou o seu segundo livro: «O Guia Fogueiro do Maquinista Conductor». Leitura difícil, que lhe encheu semanas. Mas valeu a pena: enquanto exercitava sua capacidade de leitura, aprendeu todos os segredos da locomotiva.

Em 1898, a aspiração maior começava a concretizar-se. Foi trabalhar na Usina Massauassu, como maquinista. E aí ficou oito anos, na primeira experiência de trabalho estável.

A locomotiva obedecia-lhe, entendia-o e partilhava de sua vida. Ambos, homem e máquina, se integravam na mesma função de alimentar de cana as moendas da usina. A diferença estava em que, para o homem, eram demasiado curtos os trilhos que percorria: eles não saíam dos horizontes sem perspectivas em que crescera com seus sofrimentos. O homem Manoel do Ó queria conduzir máquinas que viajassem por outros trilhos. Trilhos que ele já vira, ali bem perto. Trilhos que ele olhou, sem lhes descobrir o fim, porque lá longe, onde os olhos não viam mais, as duas linhas se fundiam numa só e desapareciam. Mas Manoel do Ó sabia que continuavam, porque as locomotivas que as trilhavam

— belas e poderosas locomotivas que envergonhavam sua locomotiva de usina — mandavam-lhe mensagens através da fumaça que soltavam, mesmo depois de desaparecerem.

Foram oito anos de sonho com viagens ao mundo que ele nunca conhecera, pelos trilhos sem fim que desafiavam a imaginação.

Até que, em 1906, o sonho tornou-se realidade: entrou na Great Western, dona desses trilhos. Foi contratado como fogueista de primeira classe.

Fazia um ano que casara com Estefânia Mendes da Silva, sua primeira mulher, casamento do qual teve sete filhos. Estefânia morreu em 1912 e dos sete filhos sobraram, apenas, duas meninas, os outros haviam morrido também.

Mas a tristeza do luto chegaria mais tarde. Naquele ano, em 1906, fogueista de primeira classe da Great Western, casadinho de fresco, Manoel do Ó era um homem feliz. Ele, que sempre gostara de andar bem vestido e limpo, caprichava agora ainda mais nas suas roupas brancas, chapéu e sapatos da mesma côr. Seu respeitável bigode, sempre bem tratado, passou a ser penteado com mais assiduidade com o pente que nunca esquecia. E sua personalidade de líder definia-se plenamente, no convívio com os problemas e os grupos operários da ferrovia.

Manoel do Ó, o lutador operário, encontrara o seu mundo.

As estradas de ferro eram, então, o eixo propulsor do Nordeste, estabelecendo a comunicação entre os principais centros litorâneos, do São Francisco a Natal. E a Great Western era a arrendatária de toda a rede ferroviária da região, porque, a partir de 1901, adquirira todos os ramais já construídos.

Em 1904, sua força e importância de empresa ferroviária aumentavam ainda mais. No dia 26 de julho desse

ano, foi autorizada a modificação do contrato de arrendamento das linhas férreas de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Pelo novo acordo, a companhia inglesa obrigou-se a adquirir o contrato de arrendamento da Central de Pernambuco, a prolongar esta estrada até Pesqueira, a reduzir a bitola da Estrada de Ferro Recife-São Francisco e a fazer a ligação de todas estas linhas de modo a permitir a viagem de Maceió a Natal sem baldeação, num percurso de 800 quilômetros.

Era o domínio do nervo vital da economia da região: os transportes.

Para Manoel do Ó, foi o encontro com a classe operária, e a sua integração nela.

Esse encontro se deu exatamente no ano em que, no Rio de Janeiro, se realizou o Primeiro Congresso Operário (15 de abril de 1906), um acontecimento a que os historiadores atribuem importância proeminente no movimento sindicalista brasileiro, como testemunho da organização e consciência classista dos operários.

O que caracterizou tal congresso foi o choque entre as correntes socialista e anarquista. A primeira queria fundar um partido político, para que, através dele, os operários conseguissem impor seus direitos; já os anarquistas defendiam uma «organização operária apolítica», o que efetivamente aconteceu, com o nascimento da Confederação Operária Brasileira.

Bandeiras de luta da nova organização: jornada de trabalho de oito horas; liberdade para comemorar o 1º de maio; proibição da elevação dos aluguéis; término das multas injustas; criação do seguro de acidentes de trabalho; construção de casas populares; eliminação do regime de empreitada; combate à exploração do trabalho feminino; e estabelecimento de aposentadoria para velhos e doentes.

A plataforma sindicalista de 1906 refletia um amadurecimento e politização surpreendente para a época. E isso explicava-se porque, nos seis anos anteriores, a

classe operária brasileira, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, vivera sucessivas experiências reivindicatórias e de protesto, através de diversas greves.

Isso, enquanto Manoel do Ó, na Usina Massauassu, comandava sua locomotiva presa aos trilhos curtos nos canaviais.

Em 1900, greves dos estivadores e dos sapateiros, ambas por aumento de salários.

Em 1901, duas fábricas pararam em São Paulo (Fábrica Tabacow e «Diodatto Leume & Cia.»), porque os operários queriam receber os salários atrasados e fixar dias certos para o pagamento. No mesmo ano, os trabalhadores em pedreiras também entraram em greve, reclamando «a diminuição da jornada de trabalho de 12 para 10 horas».

Em 1903, rebentou a maior greve havida até então: pararam 25.000 têxteis, durante 20 dias, reivindicando a redução da jornada de trabalho para nove horas e meia. O movimento foi derrotado, mas em nova tentativa, no mesmo ano, os grevistas conseguiram o que queriam.

Em 1904, o governo da República tomou as primeiras medidas de repressão contra a organização dos trabalhadores, promulgando a lei de expulsão de estrangeiros. Assinaram o diploma legal, muito combatido na época, o conselheiro Rodrigues Alves, Presidente da República, e o Ministro da Justiça J. J. Seabra.

Em 1905, aconteceu a greve dos ferroviários paulistas. No mesmo ano, em Pôrto Alegre, os 500 operários da Fábrica de Tecidos Ipiranga também pararam, declarando-se contra a redução do preço da mão-de-obra e a exigência de produção mínima diária de 40 metros de tecido, sob pena de expulsão. Esta greve gaúcha alcançou grande repercussão, apesar de vencida pela repressão policial após 35 dias de resistência. Os líderes da greve foram presos e demitidos.

Manoel do Ó integrou-se na classe operária no momento certo: quando a classe operária já se afirmava conscientemente; e quando êle encontrou o terreno em que poderia desabrochar e irradiar-se tôda a sua vocação de liderança militante.

Já alfabetizado, interessado, inteligente, lutador, calejado física e espiritualmente, começou a descobrir a verdade dura do mundo operário quando, na sua nova locomotiva, não encontrou nos trilhos sem fim a beleza e a poesia que imaginava.

Então, o lutador adulto, amante da justiça e da liberdade, poeta viril do trabalho construtor, abriu os olhos e o coração para o mundo nôvo em que vivia, informando-se de tudo e sôbre tudo.

Revoltava-se com a injustiça. E preparava-se para entrar em ação.

### **CAPÍTULO III**

---

### **UMA GREVE DE 1.300 QUILÔMETROS**



**D**ia 8 de janeiro de 1909.

A estação de Areias, da Central de Pernambuco, perdera aquêlê aspecto tranqüilo de sempre, no cenário sereno dos coqueiros que a rodeavam. Grupos de homens erguiam gritos exaltados, cujos ecos se perdiam na brisa da tarde sem nuvens. Outros, mãos ocupadas pelas ferramentas do trabalho interrompido, confabulavam entre si estranhas conversas que amarravam a atenção de todos.

Então, dos lados de Tejipió, um rôlo de fumaça se ergue além da curva que torcia a estrada de ferro para a estação de Areias. O trem da tarde avançava barulhento, roncando protestos que só os ferroviários entendiam. Silvou diferente naquele dia, como que numa saudação de amigo. Na estação, os braços se ergueram acima das cabeças, em atitude de solidariedade.

A aproximação é lenta. O trem vai parando aos poucos. Os freios apertados contra as rodas rangem protestos de fim de viagem. De repente, sôbre a cabina da locomotiva, uma bandeira brasileira, hasteada pelos operários da ligação, balança ao sabor da brisa, unindo olhos e corações da pequena multidão operária.

Viva o Brasil!

Viva o trabalhador!

Abaixo a fome!

Os gritos e os foguetes anunciavam a aproximação da grande jornada.

...

Dia 12 de janeiro de 1909.

Na estação do Brum, ramal de Limoeiro, o alferes Francisco Salles estava atento a todos os movimentos, cumprindo a ordem de «fazer respeitar a liberdade do trabalho e defender a propriedade» que recebera do dr. Ulysses Costa, chefe de Polícia. Sob seu comando, 20 praças de infantaria do regimento policial exibiam carabinas e farta munição.

Espalhados pela plataforma, os grupos de ferroviários aguardavam notícias, especulando sobre o rumo que as coisas poderiam tomar. Junto ao telégrafo, a ansiedade era maior. A qualquer momento poderia chegar a notícia definitiva.

Eram 16 horas, a ansiedade foi substituída pela ira. O telégrafo acabara de transmitir a mensagem dos companheiros do Recife: o superintendente da Great Western sr. J. H. Lorimer recusava-se terminantemente a atender as reivindicações dos ferroviários.

Os gritos e a movimentação irada dos operários da estação do Brum deixam tenso o alferes Francisco Salles. Mas a ordem permaneceu perfeita.

Enquanto o telégrafo voltava a ser acionado, para retransmitir a notícia para todas as estações do ramal de Limoeiro, aproximava-se do Brum o trem de Timbaúba.

Pendurado numa das portas, mão acenando para os companheiros de terra, o chefe do trem João de Barros grita pelas notícias que ainda não conhecia. A locomotiva parecia participar da vibração, com a bandeira do Brasil hasteada na chaminé e enfeitada de guirlandas de folhagem.

Era o anúncio da grande jornada já próxima.

Dia 12 de janeiro de 1909, estação de Cinco Pontas, 17,30 horas. O telégrafo agita seus minúsculos mecanismos internos para levar a todas as estradas de ferro da Great Western, do São Francisco a Natal, a decisão definitiva:

«Comissão grevista. Greve estabelecida. Todas as secções aderiram. Pedimos solidariedade, servindo êsse aviso para a locomoção, tráfego e conservação».

O chefe da estação ainda resistiu à comissão grevista, composta pelo fator de carga Jacintho Ribeiro e pelo maquinista Antônio Lodovico de Nascimento. Alguns empurrões e os vivas ao Brasil gritados pelas centenas de ferroviários reunidos na plataforma fizeram-no desistir.

A greve estava oficialmente declarada.

•

Manoel do Ó, já maquinista líder, tinha sua base de trabalho no Cabo, onde fixara residência depois do casamento na expectativa de ingressar na Great Western.

Deixara de ser o rapaz afoito e mulherengo, conhecido nos bailes por «Manoel da Gaita», instrumento musical que êle mesmo construía e que tocava para alegrar os ambientes que freqüentava. Chefe de família, pai de filhos, abandonara, também, a bolsa onde sempre carregava a faca, a manopla, a pistola de dois canos e a sua inseparável gaita; substituíra-a por outra, na qual transportava seus instrumentos de trabalho: escala, compassos, martelo, lima, chaves e uma carteira profissional com elogiosas anotações sobre sua vida operária.

Suas inatas qualidades de militância e suas sinceras preocupações pelos problemas da classe a que pertencia acordaram nêle a vocação de líder e ativista. Seu exemplo de bom profissional, cumpridor dos deveres e competente no desempenho das tarefas, davam ainda

mais força à influência que exercia junto aos companheiros.

Nunca se preocupou em aparecer. Sempre preferiu a ação anônima mas concreta à exibição vaidosa que não rendia frutos honestos. Há muito que era assim. Nunca guardou para si o que aprendia: passava aos companheiros os conhecimentos que recebia dos livros e da vida. Já na Usina Massauassu, quando começou a ser maquinista, nunca recusava transportar de graça os que precisavam.

Não lhe importava que isso desgostasse o patrão; importava, sim, a situação dos seus amigos e companheiros de trabalho. Era o espírito de classe que começava a ferver na sua alma operária.

Na Great Western, onde entrou ganhando noventa mil réis, descobriu a classe operária quando se sentiu um entre muitos, todos lutando contra a miséria que nascia no próprio trabalho, pago com salários que mal davam para o feijão e a farinha de cada dia.

Olhos abertos para a realidade, sentia na própria carne que as condições de vida dos trabalhadores não prestavam.

E foi nascendo, e crescendo, a vontade de fazer alguma coisa para transformar tudo aquilo.

Com uma certeza, que logo começou a difundir entre os companheiros do Cabo e das estações por onde passava, nas suas viagens de todos os dias: *só poderia haver vitórias se houvesse união.*

Para Manoel do Ó as idéias só prestavam quando transformadas em ações. Já em menino era assim: a velha negra despojada das ancas postiças teve a prova disso.

E começou a agir. No início, promovendo conversas em que difundia a idéia associativa da classe ferroviária, com preocupações beneficentes. Era a angústia pelos problemas imediatos — a fome, a doença, o acidente, o desespero, a morte deixando famílias sem chefe — que determinava essa sua linha. E, também, as características das organizações classistas daquele tempo, quase tôdas de caráter beneficente.

Mas êle logo sentiu que essas idéias acomodavam ainda mais os trabalhadores. E convenceu-se de que a solução não era aquela, mas a de motivar e organizar a classe para a reivindicação e para a luta pelos direitos.

Continuava fiel à idéia de que o trabalhador só poderia ser forte e independente sendo bom profissional, competente e honesto. Nunca duvidou disso, até porque o testemunho de sua própria vida, desde os 12 anos, provava quanto estava certa: correu 36 empregos antes de entrar na Usina Bom Jesus, mas nunca esteve desempregado.

Na Great Western êle passou a ser ouvido pelos companheiros porque sempre juntou às idéias a força do próprio exemplo. Era a sua primeira forma de agir.

Em 1908, com dois anos de trabalho na empresa, Manoel do Ó via que a situação dos trabalhadores se agravava muito. A miséria aumentara, a exploração do trabalho tornara-se cada vez mais injusta, o trabalho assumia formas de castigo.

Mas os trabalhadores tinham medo. Medo do desemprego, medo de fome ainda maior.

A classe desconhecia sua própria força.

Foi então que Manoel do Ó tomou uma decisão, para provar aos companheiros que valia a pena lutar. Escorado apenas nos méritos profissionais que todos lhe reconheciam, apresentou à Great Western uma reclamação pessoal, solicitando aumento de salário.

A reclamação foi atendida, graças à firmeza que êle sempre manteve nas conversações com os ingleses.

Aos poucos, os companheiros do Cabo foram-se aglutinando em torno de Manoel do Ó. Entretanto, a revolta já grassava ao longo dos 1.300 quilômetros das estradas de ferro da Great Western. Os líderes apareceram em quase tôdas as estações. Coordenaram as ações. Conduziram o movimento dentro da lei. No dia 12 de janeiro, face à intransigência dos ingleses da Great Western, que não acreditavam no poder soli-

dário dos ferroviários nordestinos, os oito mil e seiscentos operários da empresa pararam.

Os trens só voltariam a andar se as reivindicações fossem atendidas.

Quando a ordem chegou ao Cabo, quem a recebeu foi Manoel do Ó, líder local do comitê da greve.

Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte ficaram sem seu principal meio de transporte, através do qual circulavam as riquezas da região transportadas por mãos de operários que nem todos os dias viam comida sobre a mesa.

A fome que fez a greve.

E a greve de 1909 foi, talvez, o primeiro erro de cálculo dos hábeis ingleses, empenhados desde o início do século XIX em firmar também no Brasil o domínio econômico a que já haviam submetido Portugal.

O transporte ferroviário sempre havia sido um grande negócio para os ingleses, desde que resolveram implantá-lo no Brasil, onde já tinham grandes interesses. Os trilhos, as máquinas e as ferramentas para a construção foram comprados pelo Brasil à própria Inglaterra. O braço brasileiro desbravou os matos e implantou as ferrovias. E os ingleses, depois de tudo pronto, passaram a ser os arrendatários e os patrões.

No Nordeste, a Great Western (com nome inglês e tudo) findou arrendatária de todas as estradas de ferro da região, a primeira das quais a ser construída foi a Recife-São Francisco, com a primeira seção até o Cabo, inaugurada em 9 de fevereiro de 1858.

Nos cargos superiores estavam funcionários ingleses, ganhando salários muito superiores aos que eram pagos aos brasileiros, e com direito a vários meses de licença com vencimentos.

Mas a grande massa dos oito mil e quinhentos trabalhadores foi forçada a entrar em greve para conseguir,

entre outras coisas, «dois dias de folga pelo menor por mês para os maquinistas, foguistas e condutores, sem prejuízo dos vencimentos e sem ter que apresentar-se nas oficinas».

Naquele Natal de 1908 parecia maior a melancolia do povo, quando passava nas ruas olhando as vitrinas repletas de ofertas. No ar, as palavras geradoras de frustração: compras, presentes, festa.

O dinheiro não dava nem para a alimentação diária, quanto mais para as compras de Natal!

Os que não trabalhavam na Great Western quase tinham inveja dos ferroviários. Aquilo, sim, era empresa! Segurança no emprego, assistência médica, viagens de graça...

Por que, então, aquela revolta que estava prestes a estourar na maior greve que o Nordeste já ouvira falar?

Os ferroviários sabiam por que, mesmo os mais silenciosos e tímidos. Que diferença fazia trabalhar numa companhia de nome inglês, se lá também os salários eram de fome e os valores pessoais ainda mais anulados pela organização gigante da empresa?

Segurança no emprego... Mentira: por falha a ser castigada ou por livre arbítrio dos chefes, os operários podiam ser removidos ou demitidos sem qualquer explicação.

Melhores salários... Talvez. Mas eram igualmente salários de fome, cada vez mais curtos porque o custo de vida aumentava todos os dias. Que fossem ver a mesa dos ferroviários e medissem o dinheiro pela comida que faltava.

Viagens de graça... Mentira: apenas dois passes por ano.

E os acidentes de trabalho sem proteção de ninguém? E o trabalho diário, sem folgas e sem tolerância de

faltas? E a perda do emprêgo ou o prejuízo dos vencimentos quando o empregado adoecia? E as remoções obrigatórias?

Pobres privilegiados da miséria e da injustiça!

A única vantagem de trabalharem numa grande empresa era a de que, sendo muitos, sentiam-se solidários no mesmo sofrimento e mais fortes para enfrentar a situação.

Vivendo e refletindo juntos os mesmos problemas adquiriam uma consciência de classe.

Graças a isso, partiram para a luta.

O «Diário de Pernambuco» deu a primeira notícia no dia 9 de janeiro:

«Há dias corre a notícia de um movimento grevista de caráter pacífico em tôdas as linhas da Great Western. A greve será decretada de Maceió a Natal e funda-se na pretensão dos empregados brasileiros de conseguirem aumentos de ordenados.

«Ontem, quando o trem que descia de Vitória chegou à estação de Areias, os operários que trabalhavam na ligação hastearam a bandeira nacional, erguendo vivas e soltando foguetes.

«Conforme consta, a greve será pacífica. Entretanto, o Dr. chefe de polícia já ontem conferenciou com seus auxiliares a respeito das medidas a serem tomadas». No dia seguinte, uma comissão composta por um advogado, um professor de faculdade e um deputado, em nome dos ferroviários, foi recebida pelo sr. Lorimer, superintendente da Great Western, a quem entregaram um documento contendo as reivindicações dos operários:

- 50% de aumento para quem não recebia mais de 250 mil réis mensais e 20% para os demais.
- Dois dias de folga pelo menos por mês para os maquinistas, foguistas e condutores, sem prejuízo dos

seus vencimentos e sem ter que apresentar-se nas oficinas.

- Responsabilidade da companhia para com os seus empregados pelos acidentes de trabalho.
- Garantia de conservação, nos seus respectivos lugares, dos empregados que adoecerem, sem prejuízo dos seus vencimentos durante a moléstia.
- Abolição das remoções obrigatórias.
- Aumento de mais dois passes livres durante o ano, para os empregados e suas famílias.
- Concessão de diárias aos empregados quando em serviço fora das oficinas ou seções.

A representação, com data de 9 de janeiro de 1909, estava assinada por Manuel Ribeiro, Antônio Nascimento e Alfredo Neves. E estabelecia um prazo: 48 horas para uma resposta favorável, sob ameaça de greve.

Em termos corteses, mas firmes e claros, os operários sintetizaram suas razões:

«Os abaixo-assinados, comissionados pelo pessoal brasileiro das estradas de ferro São Francisco, Ribeirão a Cortez, Limoeiro, Condé d'Eu, Natal, Sul Alagoas e Central de Pernambuco, vêm, por este meio, em nome dêsse pessoal e no seu próprio, invocar sua esclarecida atenção para o que passam a expor, certos de que, na serenidade do vosso espírito e na retidão de vossa consciência, encontrará pronto acolhimento e justiça a presente reclamação, que é feita em defesa das mais justas aspirações de uma classe numerosa.

«Sr. Superintendente: não vos é desconhecida a situação precária dos empregados da Great Western, que até hoje e de longa data têm sofrido resignadamente tôdas as privações, suportado herôicamente os rigores e injustiças da sua sorte mesquinha, em contraste com a crescente prosperidade da companhia, a que de tão boa vontade têm sempre servido e continuarão a servir.

«Há precisamente sete anos que, sob pretexto de melhorar as condições da mencionada companhia, foram

os salários daqueles empregados grandemente reduzidos e, apesar da promessa de que a redução então feita seria temporária, a verdade é que se lhes torna definitiva e para muitos até sido agravada.

«As condições da companhia, entretanto, são desde alguns tempos as melhores possíveis, como se evidencia dos relatórios anualmente publicados, sem que tenha sido cumprida a promessa que foi feita aos mesmos empregados de serem melhoradas as suas condições.

«As reclamações amigáveis dos empregados em questão, apesar de baseadas nas mais justas razões, não têm sido tomadas na devida consideração.

«Em tôda a parte a sorte dos homens que trabalham deve merecer a atenção daquele em cujo proveito trabalham, e até da própria nação, que quanto mais os protege melhor cuida dos seus próprios interesses.

«Infelizmente, assim não tem pensado a companhia que dignamente superintendeis, o que arrasta todo o pessoal brasileiro da Great Western à dura contingência de endereçar-vos esta representação».

O prazo de 48 horas foi prolongado de mais um dia, por solicitação do superintendente da Great Western, devido à «necessidade de consultar o escritório central em Londres» e ser domingo o dia seguinte ao da entrega da reclamação.

A organização grevista era perfeita: despachos telegráficos seguiram imediatamente para todos os líderes do movimento na Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e interior de Pernambuco, com as novas instruções: «Prazo até terça-feira para declaração da greve ou aumento de ordenados».

De nada adiantou a prorrogação do prazo. A resposta de Londres veio sêca e definitiva:

«Não. A companhia não pode suportar qualquer aumento de salário».

Com esta resposta, os próprios ingleses decretaram a greve.

No Cabo, Manoel do Ó trouxera de casa, novamente, a bolsa com a faca, a manopla e a pistola de dois canos. Só não trouxe a gaita: a ocasião não era de festa.

Logo no primeiro dia de greve, sua consciência e responsabilidade de líder grevista foram postas à prova. Um cabo de polícia, chefe do destacamento do município, interpelou-o:

— O senhor é do comitê?

— Sou sim, senhor.

— Então vai prêso, porque eu não admito aqui confusão.

Manoel do Ó explodiu de raiva:

— Olhe, seu cabo. Eu tenho aqui uma pistola de dois canos, cinqüenta balas, uma faca de ponta e uma bengala. Sou mais autoridade do que o senhor, porque represento oito mil e quinhentos trabalhadores em greve. O senhor é apenas o chefe de um destacamento.

O cabo perdeu a fala, surpreendido com a coragem e a firmeza daquele homem que enfrentava sua autoridade de policial. E Manoel do Ó, verificando sua ascendência sobre o cabo, revelou-se, também, um líder inteligente e hábil: levou o soldado até à sede do comitê, convocou uma reunião extraordinária, designou o cabo presidente de honra e discutiu com êle as reivindicações dos trabalhadores.

A greve conquistara mais um aliado.

Nunca o Nordeste vira coisa assim.

Oito mil e quinhentos trabalhadores em greve, os trens parados, o povo nas ruas em ambiente de festa.

Como foi possível?

Essa a pergunta que o povo fazia, em tôdas as ruas de tôdas as cidades e povoados onde se deixara de ouvir os silvos das locomotivas da Great Western. No Recife, então, o entusiasmo popular transbordava para a praça pública, onde as manifestações de apoio e solidariedade se sucediam.

Como foi possível?

Os intelectuais surpreendiam-se com a consciência operária que os ferroviários traduziam nas suas reivindicações e razões. Ninguém sabia explicar, mas todos sentiam que a greve se tornara possível porque ela se apoiava numa mística operária plantada nos corações dos trabalhadores da Great Western pela reflexão sobre os próprios sofrimentos.

Nas reivindicações havia não apenas o grito da fome, mas manifestações de um profundo sentido de dignidade humana. Não se reclamava só o salário justo, mas também o descanso, a proteção à saúde, o respeito à qualificação profissional, a preocupação com os menos retribuídos. E, também, a certeza e a proclamação de que eram os trabalhadores que faziam a riqueza da companhia e, como tal, reclamavam o direito à participação dessa riqueza. Havia, enfim, a afirmação de que a riqueza de um país é feita pelo trabalho e não com o dinheiro.

Havia, igualmente, a percepção de que os ingleses exploravam as riquezas do Brasil e o trabalho dos operários brasileiros, sem que praticamente devolvessem nada ao País e ao povo que exploravam. Era uma exigência de dignidade nacional acabar com tal exploração — e esse aspecto carregou para os grevistas a simpatia e o apoio generalizado. Principalmente porque, nessa época, as entidades empresariais brasileiras do Recife resistiam a mais uma tentativa de aumento de tarifas por parte da Great Western, que já cobrava preços exorbitantes pelo transporte de cargas e passageiros.

Um operário grevista disse num comício: «A nossa causa é a causa santa do proletariado brasileiro». E nessa frase se manifestava a consciência política dos grevistas, dando ao movimento dimensões de luta contra o sistema explorador do capitalismo, no Brasil e no mundo.

A greve tinha raízes no coração e na inteligência. E por isso foi bem organizada.

Quantos meses, talvez anos, terá levado o trabalho silencioso de preparação, nas conversas cotidianas, nos encontros sigilosos, nas pequenas reuniões, no diálogo permanente?

Ninguém sabe.

Mas todos souberam da perfeita articulação do movimento, com liderança definida e decidida, com núcleos de militância coordenando a execução das ordens ao longo dos mil e trezentos quilômetros de ferrovias paralisadas, com a integração total dos ferroviários no espírito, nos métodos e nos fins da greve.

Os jornais, no relato que faziam da greve, noticiavam as comunicações permanentes entre os pontos mais importantes do movimento, através de emissários e telegramas. Assim, os numerosos comitês informavam-se mutuamente dos acontecimentos e mutuamente se encorajavam pela luta com dignidade. E graças a esse controle, nenhum dano foi registrado nas instalações.

Técnicamente, a greve alcançou um padrão de alta eficiência: no Recife, ocupando o Centro dos Operários (rua Estreita do Rosário), estabeleceu-se o quartel-general do movimento, com plantão permanente dos principais líderes. Nos centros-chave das ferrovias, comitês locais ou regionais foram também instalados. Os piquetes entraram em ação rapidamente, zelando pelo caráter pacífico e pela unidade da greve em toda a sua extensão geográfica. Desde o início, organizou-se um movimento de apoio financeiro e moral às famílias.

Uma organização séria e eficaz.

Artur Lapa, um dos oradores dos comícios, dizia ao Recife: «Tôdas as classes estão conosco: o comércio, a indústria, as classes armadas, a imprensa. De tôdas essas corporações estamos recebendo provas de desinteressada simpatia».

E era verdade.

O «Diário de Pernambuco» acompanhou a greve do início ao fim, deixando entender que apoiava o movimento, mesmo dando mais destaque aos doutôres e políticos do que aos líderes operários. E a importância que o jornal sempre atribuiu às notícias refletia a dimensão popular do acontecimento.

Nos bondes, nas praças, nas ruas, a greve era o assunto de tôdas as conversas.

O interior sentia a falta dos trens e a conseqüente escassez de alguns gêneros alimentícios. Mas de tôdas as cidades chegava o mesmo recado: «Estamos com vocês na luta por melhores salários».

Os telegramas de apoio vinham dos quatro Estados envolvidos pelo movimento. E traziam notícias, dando conta de que os comícios eram «dominados por vibrante entusiasmo, com o povo manifestando-se nas ruas em garbosas passeatas e aclamações».

Os intelectuais, mais do que simples apoio, deram ao movimento integral colaboração. Vários advogados e professores, além das visitas aos poderes públicos, para fazer a defesa dos ferroviários, tomavam a palavra nos comícios, incentivando os operários a prosseguir na luta pela causa justa.

— Quereis voltar ao trabalho?

«Não», respondia a multidão grevista.

Era o dr. José Vicente Meira de Vasconcelos, no alto de um palanque, encerrando uma das mais entusiasmáticas mensagens de apoio ao movimento. «As classes conservadoras (dizia êle) podem perder porque são ri-

cas e suportam bem seus prejuízos. Mas os operários e os pobres nada podem perder. Chegou a hora da justiça. E eu ficarei ao lado dos que souberem resistir».

A Ordem dos Advogados decidiu amparar as famílias dos grevistas. Os estudantes de Direito enviaram ao Presidente da República um telegrama de apoio à greve. O dr. José Bezerra, na cidade do Cabo, colocou à disposição dos grevistas todos os seus haveres, afirmando: «seremos os vencedores nesta peleja entre o suor e o capital».

Aconteceram gestos surpreendentes, como aquêle relatado por um grevista ao «Diário de Pernambuco». «Tinha os trinta e cinco mil réis da casa em que moro, na rua Vidal de Negreiros, e como costume pagar o aluguel com pontualidade, fui levar o dinheiro ao dono. Mas o homem não quis receber. Alegou que estamos em greve, louvou a justiça de nossa causa e terminou dizendo: durante a suspensão do tráfego, de tôda a quantia lhe faço deferência».

A greve era também do povo.



E o govêrno federal?

O govêrno não demorou a manifestar-se. Logo no início, o ministro da Viação telegrafou, dizendo que não se devia atender as exigências dos operários sob ameaça e pressão, e assegurando que o govêrno estava «pronto para dar o auxílio da fôrça federal que fôr requisitada». De quebra, recomendou ao engenheiro chefe do 2º distrito federal que requisitasse dos governadores dos quatro Estados «auxílio da fôrça estadual».

A atitude governamental provocou repulsa geral no mundo intelectual nordestino, sucedendo-se as manifestações de protesto, nas quais se chegaram a fazer declarações como estas:

«Pesa na minha alma de brasileiro anunciar aos meus patrícios que o govêrno da República, pelo seu minis-

tro da Viação, se colocou ao lado dos ingleses contra os brasileiros».

«O governo se transformou em leiloeiro do patriotismo nacional».

O governador de Pernambuco dr. Herculano Bandeira, mais próximo dos acontecimentos, mais pressionado, tentou um papel de conciliação. Aceitou proteger a liberdade de trabalho para quem quisesse trabalhar, mas recusou-se a ir contra a greve. E nas conversações que conduziram ao fim da greve, êle chegou a apoiar algumas das reivindicações dos operários.

Os dirigentes da Great Western, por sua vez, tiveram o comportamento que os operários já esperavam: muita educação, muita polidez, recebendo sempre as delegações grevistas, mas inflexíveis na recusa até de qualquer discussão.

O sr. Lorimer, depois que recebeu a reclamação escrita dos operários, demorou três dias para dar a seguinte resposta:

«Vocês não conhecem a real situação financeira da companhia e êsse conhecimento seria o único critério admissível para um pedido de aumento salarial. Se há algum operário que ganha pouco, isso corresponde à natureza de suas funções. E' assim também nas repartições públicas. A companhia nunca se descuida dos interesses dos seus empregados. Já instituiu o prêmio de um terço do salário para casos de morte ou depois de 15 anos de serviço ou aos 60 anos de idade. A greve é incompatível com o regulamento disciplinar, e nesse caso não pode haver aumento de ordenados».

A única alternativa oferecida pelo superintendente da Great Western:

«Se não houver greve, poderei apresentar à direção outra proposta dos empregados».

Esta aparente calma do sr. Lorimer era uma atitude calculada. Na realidade, os ingleses tinham medo do

movimento grevista: retiraram todos os seus pertences pessoais dos locais de trabalho e pediram a proteção da polícia. Mas nenhum jornal deu notícia de qualquer tentativa de molestar os ingleses.

Resta dizer que a direção da companhia fez todos os esforços para trazer do sul do País operários para furar a greve. Soube-se que pelo menos uns oitenta chegaram até a Bahia. Mas a organização grevista, atenta a todos os pormenores, arranjou maneira de impedir que êles começassem a trabalhar.

Durante 12 dias, a firmeza dos grevistas foi total. Os telegramas vindos de tôdas as estações da rêde diziam da coesão dos operários, apoiados pela solidariedade do povo.

De outro lado, a direção da companhia permanecia no «não» mais radical.

Depois, levantaram-se os homens da conciliação: o presidente da Associação Comercial, o da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, o da União dos Sindicatos Agrícolas. Todos enviaram telegramas ao governo federal, solicitando-lhe empenho junto à Great Western «para que chegasse a uma solução honesta para as duas partes».

Surgiu, também, um impresso largamente difundido, fazendo a seguinte proposta: que houvesse a nomeação de uma comissão composta de representantes da Great Western, dos grevistas e um desempatador escolhido por ambas as partes. Nomeada a comissão, os grevistas voltariam ao trabalho, dando-se um prazo de dois meses para a solução, com os operários recebendo as vantagens obtidas a partir do seu regresso ao trabalho. O papel tinha a assinatura de Eduardo de Moraes Gomes Ferreira.

Era mais um conciliador.

Tôdas essas tentativas — os líderes grevistas sabiam disso — tinham por objetivo acomodar e preparar os

espíritos, já que, por fim, o governo federal tinha decidido apressar a solução da greve, levando a Great Western a fazer algumas concessões.

As decisões oficiais, aliás, não demoraram a fazer-se sentir.

No mesmo dia em que o general comandante do distrito recebia do ministro da Guerra um telegrama dando instruções para colocar a tropa a serviço da companhia, o presidente da Associação Comercial era informado pelo Presidente da República de que o governo ia interferir junto à Great Western para que fossem atendidas as reclamações dos grevistas logo que eles retornassem ao trabalho, «sendo ouvido o governador do Estado».

Então, começaram as negociações, articuladas pelos doutores José Vicente e José Bezerra, integrantes da primeira comissão que se havia encontrado com o sr. Lorimer, e oradores dos mais aplaudidos nos comícios grevistas. Reunião aqui, reunião lá, conferência no palácio do governo.

Por fim, o primeiro ponto de acôrdo: os grevistas voltariam ao trabalho e suas reclamações seriam atendidas, sob responsabilidade da palavra empenhada pelo governador.

O povo enchia a rua 15 de novembro, na expectativa das novidades que haveriam de sair da última reunião dos representantes das partes com o governador. E quando José Vicente falou à multidão, historiando as negociações e seus resultados, e convidando os grevistas a voltar ao trabalho, ainda se ouviram alguns clamores de protesto. Mas era um advogado que estava falando, palavra respeitada entre os operários, que já tinham lutado 12 dias, mantendo de pé e plena a primeira grande greve na história operária do Nordeste.

No dia 26 de janeiro os primeiros trens retornaram à circulação, enfeitados de bandeiras e recebidos pelo entusiasmo do povo, saudoso da fumaça e dos apitos

das locomotivas. Os ferroviários, apesar de tudo vitoriosos, recebiam flôres, como soldados de regresso da guerra.

No dia 4 de fevereiro saiu, enfim, a decisão do governador dr. Herculano Bandeira, após os últimos entendimentos com os advogados dos grevistas e o superintendente da companhia:

- 30% de aumento (e não os 50% reclamados) aos empregados com ordenados inferiores a 100 mil réis (e não os 250 mil réis estipulados na representação operária); 20% aos empregados com salário superior a 100 mil réis, e 10% ao pessoal diarista.
- Cada empregado passaria a ter dois dias de descanso mensal e três passes por mês para si ou pessoas de sua família.

No dia 6 de fevereiro, a companhia já efetuou o pagamento nas novas bases.

Os operários não gostaram. Chegaram até a protestar junto ao «Diário de Pernambuco», por ter êle noticiado que o pessoal brasileiro estava satisfeito com as conquistas alcançadas. E o protesto foi vazado em tais termos, que obrigou o governador a responder, já que os operários o acusavam de ter-se afastado «do compromisso de honra que fizera».

Uma vitória foi incontestável e total: a vitória da união da classe, a organização que deram ao movimento, a manifestação de força e consciência classista que ofereceram ao mundo operário. E a demonstração evidente de que, quando os operários páram, tudo pára.

Essa foi a vitória que conquistou algumas das páginas mais belas da história do movimento operário brasileiro.

Manoel do Ó, como os principais líderes da greve, passou a ser perseguido logo que os trens voltaram a circular.

Os ingleses não perderam tempo, demitindo muitos dos operários que haviam participado dos comitês. E Manoel do Ó só se salvou porque, como era muito amigo de todos e gozava de grande prestígio entre os companheiros, tiveram medo das repercussões.

Além disso, não era fácil vencer Manoel do Ó. Pouco tempo depois da greve, os ingleses pensaram ter encontrado o motivo para puni-lo. Manoel do Ó desentendera-se com outro operário, e os dois brigaram. O maquinista tinha razão na desavença, mas foi a êle que suspenderam. Manoel do Ó perdeu a paciência: entrou no escritório de «seu» Kenley, um inglês, e exigiu o cancelamento da suspensão. Discutiram, quase brigaram, mas Manoel do Ó conseguiu o que queria.

Mais tarde, ainda perseguido, Manoel do Ó deu o definitivo grito de independência: entrou novamente no escritório do inglês Kenley, aplicou-lhe exemplar surra e foi embora, procurar outro emprego.

### PEQUENO DIÁRIO DA GREVE

(notas extraídas do noticiário de imprensa)

#### DIA 13 DE JANEIRO

Comunicação do comitê central ao comércio:

«Os empregados brasileiros da Great Western, atualmente em greve por motivo da conspiração de seus direitos, esperam, confiantes no patriotismo do comércio pernambucano, o mais franco auxílio à causa nobre em que eles estão empenhados, contra a prepotência argentária dos ingleses. Ass.: A Comissão».

O sr. Lorimer teve conhecimento de que a agência Reuter transmitiu à imprensa de Londres notícias alarmantes sobre a greve da Great Western.

As três horas da tarde, diversos acadêmicos foram procurados pelos paredistas, que solicitaram o apoio dos moços. Diversas casas comerciais ajudam os grevistas.

#### DIA 14 DE JANEIRO

Os grevistas enviaram ao Presidente da República o seguinte telegrama:

«Greve pacífica atinge quatro Estados sem exploração política. Superintendente nega sistematicamente qualquer pedido feito pessoal brasileiro. Ordenados oitenta por cento pessoal brasileiro entre trinta a cem mil réis mensais sujeitos desconto dias perdidos doenças. Excedendo trinta dias são demitidos. Diversos pedidos parciais anteriores indeferidos. Pessoal inglês exercendo cargos iguais pessoal brasileiro percebe vencimentos cinco, dez vezes superiores, tôdas garantias, cinco seis meses licença todos vencimentos. Apelamos vosso patriotismo favor nossa justa causa.

Ass.: Empregados Brasileiros da Great Western».

...

Telegramas da comissão central da greve para os comitês de Natal, Paraíba, Cabedelo e Maceió:

«Nada resolvido, apesar intervenção governador. Movimento anima-se ganhando simpatias gerais. Firmeza, calma».

Telegrama para o comitê do Cabo:

«Não consinta menor dano oficinas. Movimento anima-se. Não concordamos proposta ingleses».

## DIA 15 DE JANEIRO

Grandes ajuntamentos populares ocorrem nas ruas 15 de Novembro, Crespo, Comércio, Estreita do Rosário e Praça do Corpo Santo.

Na Fábrica Lafayette, um grupo de operários está reunido junto a uma das portas. Faz-se pequena distribuição de dinheiro aos grevistas. Mas o maquinista Neves é contra. Diz êle: «Eu penso não ser conveniente fazer-se isto agora. Aguardem os acontecimentos e quando fôr tempo não seja o auxílio entregue assim na rua».

Todos concordam.

...

O dr. Ulysses Costa, chefe da Polícia, desde que começou a greve, não tem feito as refeições em casa.

...

José Alves, chefe da Estação do Brum, declara:  
«Nem um parafuso foi retirado até agora».

...

Telegrama do governador Alberto Maranhão, à imprensa pernambucana:

«Este govêrno prestará todo auxílio a fim evitar depredações. Greve continua caráter pacífico, sem qualquer alteração da ordem».

...

Telegrama do comitê de Maceió para o comitê central do Recife:

«Grande meeting passeata. Visitamos tôda imprensa está conosco. Firmes e calmos».

...

Usineiros vão chegando do interior para providenciar sobre remessa de dinheiro para pagamento dos trabalhadores. Três conseguiram fazer a viagem de Escada até Recife a carro de passeio, saindo às seis da manhã e chegando à uma hora da tarde.

## DIA 16 DE JANEIRO

Antônio Ferreira, sócio da conhecida fábrica pernambucana Lafayette, diz: «Se isto continuar assim farei suspender todos os trabalhos de fabricação de cigarros na próxima segunda-feira. «Remetíamos todos os dias 300 a 400 pacotes de cigarros pelos ramais da Great Western e, com o tráfego paralisado, estamos sem poder satisfazer os pedidos e sem outros para executar».

...

Onze horas. Os grevistas começam a transitar em grupos pela cidade, trazendo quase todos à lapela um «fac-símile» do pavilhão nacional, impresso sobre papel de linho.

...

Nas paredes do Centro Operário, à rua Estreita do Rosário, nº 23, destacam-se em letras negras os seguintes dizeres: «A paz e o trabalho triunfarão um dia».

«Os conselhos do capital são sempre maliciosos».

...

A comissão da greve (Antônio Nascimento, Alfredo Neves e Manuel Jacintho Ribeiro) reside no Centro Operário.

...

Meeting de grevistas e populares na praça da Independência, organizado pela academia. Os oradores aconselham a continuação da parede em atitude pacífica.

DIAS 17 e 18 DE JANEIRO

Em Alagoas é promovido grande meeting na praça dos Mártires, fazendo-se ouvir os jornalistas drs. Rodrigues de Mello, Virgílio Antônio, Guedes Lino, Luiz Silveira e Manoel Loureira, além de vários oradores das classes operárias.

...

Conta o carpinteiro José Melchiades, um dos 300 grevistas do Cabo:

«Quando o sr. Kenley quis vir para o escritório central utilizando-se, para transporte, de uma bicicleta Colúmbia, nós não consentimos, pois no trajeto podia ser o inglês agredido por qualquer popular e semelhante procedimento seria atribuído aos que, com justiça, trabalham pelo aumento de salários sem pensarem em vinganças pequeninas e mesquinhas».

...

Adolfo Meira conta que reina em São Lourenço forte entusiasmo pelos grevistas, com muita gente prestando auxílio durante o tempo da suspensão do tráfego.

...

Lamenta-se o dr. Antônio Valência de ter necessidade de viajar de Floresta dos Leões para Recife montado num burro. A greve pegou s.s. com a família residindo no pitoresco povoado, obrigando-o a usar este velho sistema de transporte, que muita gente detesta e realmente se torna incômodo.

...

No Centro Operário, os grevistas reunidos se mostram inabaláveis e dizem não se sujeitar a propostas insignificantes, caso estas sejam feitas.

...

Nôvo meeting. À hora ajustada, perante a grande massa que enche todo o pátio da Matriz de Santo Antônio, falam os acadêmicos Silvino Bandeira, José de Brito, o sr. Rêgo Medeiros e José de Mello.

...

Informa o Correio que foram despachadas malas para Rio Formoso e Barreiros, pelas barcaças Antonietta e Daphine.

...

O diretor do «Diário de Pernambuco», dr. Rosa e Silva, dirige telegrama ao governador dr. Herculano Bandeira, informando que «o ministro da Viação aceita ser o árbitro da reclamação dos empregados, esperando que eles voltem ao serviço. A Great Western concorda».

...

Carros de bois destinados ao transporte de açúcar seguem cheios de pessoas para Areias, Tejipió, Boa Viagem e outras localidades. Os proprietários dos veículos organizaram um serviço de condução, transportando pessoas a 300 réis para Areias e 500 réis para Tejipió.

...

Telegrama de Natal:

«Aqui solidariedade unânime do comércio e população. Não cedamos nada. Firmeza, ver resultado. Ass.: Comissão».

Telegrama de Maceió:

«Todos firmes resolvidos não voltar serviço sem resolução segura daí. Ass.: a Comissão».

Telegrama de Cabedelo:

«Coragem. Ass.: a Comissão».

## DIA 19 DE JANEIRO

No interior, o povo começa a sentir falta de gêneros. Mas, apesar dessas necessidades, todos continuam ao lado do movimento operário, nesta campanha para obtenção de melhores salários.

...

Nas estações, pilhas e mais pilhas de produtos. Os trens de carga cheia, muita carne e muito bacalhau, tudo isto abafado dentro dos vagões, sem a menor lavagem de ar, acarretando prejuízos incalculáveis.

...

Os compradores de cereais têm feito todo o possível, tudo debalde, para retirar centenas de sacos de feijão e milho, pois se der o bicho, o que é provável, a mercadoria perderá todo o valor para o mercado.

...

As reuniões se sucedem no Centro Operário e os meetings se repetem nas ruas, sempre com muitos oradores estimulando os operários a prosseguir na luta pacífica.

...

O sr. João Canabarro, que se encontra no Recife em serviço de propaganda da cerveja «Bocha-Ale», fez distribuir na fachada do London Hotel cerveja em pro-

fusão a diversos representantes dos grevistas, durante a realização de um meeting.

...

Aumenta o trânsito de cavalos no bairro do Recife. Das cidades vizinhas, os negociantes estão mandando buscar gêneros remetendo comboios de animais para o respectivo transporte.

...

O dr. José Bezerra, um dos advogados dos paredistas, declara: «De hoje em diante, as famílias necessitadas dos grevistas estarão amparadas pelos advogados, que patrocinam a causa dos operários em greve».

...

Pouco depois da meia-noite, chega um telegrama do Rio:

«Conferência Calmon (Ministro da Viação), Frontin Knose Little decidiram atender reclamação dos grevistas. Seguem pormenores». Esse despacho foi recebido na redação do «Diário de Pernambuco» mas há divergência nos despachos recebidos pelos outros jornais.

## DIA 20 DE JANEIRO

Apesar dos telegramas do Rio, ainda não foi possível conciliação entre os empregados e a diretoria da Great Western.

...

O dr. Antônio Nunes Leite, promotor de uma das comarcas de Alagoas, chega ao Recife a bordo do paquete nacional de São Salvador, fundeado no nosso ancoradouro interno. S. s. diz que no seu Estado o

entusiasmo pelo movimento grevista é admirável, recebendo o mesmo constantemente fortes adesões do interior.

...

Num bonde da Torre, dois passageiros e uma senhora falavam sobre a greve.

«Tem perturbado até noivados», afirmava a gentil terrânea, citando os nomes de vários que sofrem a tortura da saudade, sem dispor de fácil meio de transporte para ver o bem amado. E lembrou-se também do nome do inteligente dr. Manoel Claro Moraes Guerra, promotor de Nazaré, o qual, de casamento marcado nesta cidade, teve de vir a cavalo a fim de não querer transferir o seu feliz consórcio.

...

Como estava anunciado, realizou-se o meeting do dr. José Vicente no largo do Arraial, mesmo em frente às oficinas da Great Western, onde se acham recolhidas cerca de 20 locomotivas e grande número de carros.

#### DIA 21 DE JANEIRO

O «Diário de Pernambuco» publica a seguinte reportagem:

«Estivemos na sede do Centro Operário no sentido de examinar se no espírito dos grevistas produziram algum efeito os despachos recebidos por toda a imprensa da Capital a respeito da última conferência do Rio. Os paredistas afirmam serem aquelas as propostas do sr. Lorimer desde o começo do movimento: voltem ao trabalho e atenderemos então as reclamações do que efetivamente tiverem direito.

«Estivemos ali em demorada palestra com um dos cabeças da greve, de nome Manoel Pedro Oliveira (Ma-

noel do Ó), e o môço em linguagem simples e fluente fêz-nos sentir tôdas as suas mágoas dos chefes ingleses, a falta de atenção dos mesmos para os subalternos, a impiedade e dureza de coração, e declarou não cederem os seus companheiros uma linha, côncios do próximo triunfo, graças à solidariedade existente e à necessidade incontestável do aumento de salários.

«Ao falar das privações do pobre possuidor de família e nos grandes ordenados dos patricios do sr. Lorimer, exaltou-se o rapaz, e nós ainda ao sair deixamo-lo na entrada principal da sociedade operária, narrando uma porção de fatos comprovadores de sua queixa e da revolta de todos os irmãos de trabalho».

...

Em Natal, as fábricas fecharam à falta de carvão, sendo despedidas centenas de operários.

...

Pergunta-se a João Pina, administrador do matadouro Cabanga, se vai faltar gado para o consumo público. «Ainda existe algum», respondeu êle.

...

Telegrama do comitê de Maceió para o comitê central: «Estamos firmes. Ansiosos participações diárias. Escrevam amanhã detalhadamente. Ass.: companheiros Alagoas».

#### DIAS 22 e 23 DE JANEIRO

O assunto obrigatório entre os grevistas: a notícia de ter efetivamente saltado de bordo do «Marahú», na Bahia, um grupo de oitenta operários chamados pela companhia para furar a greve.

...

Às 4,50 horas da tarde do dia 23, o presidente da Associação Comercial, o sr. comendador José Maria de Andrade, recebia do Rio de Janeiro o seguinte despacho: «Em resposta ao vosso telegrama de hoje, também assinado pelo presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura e da União dos Sindicatos Agrícolas, cabe-me declarar-vos que o governo federal intervirá junto à companhia Great Western logo que voltem os empregados ao serviço, a fim de serem atendidas as reclamações dos mesmos que forem razoáveis, ouvindo a respeito delas o governo dêsse Estado. Cordiais saudações, Miguel Calmon».

...

A greve aproxima-se de seu termo, com reuniões sucessivas entre os advogados dos empregados, e o sr. Lorimer, no gabinete do governador do Estado.

#### DIA 26 DE JANEIRO

Está terminada a greve dos empregados brasileiros da Great Western, fato que trouxe principalmente ao comércio e às classes produtivas extraordinários prejuízos.

...

As seções do escritório e contadoria já estão funcionando com regularidade, bem como o serviço de tráfego paralisado há cerca de 12 dias.

## CAPÍTULO IV

---

### A ARRANCADA DA LUTA OPERÁRIA



**1914** foi o ano-marco na estruturação sindicalista do movimento operário nordestino. Fundava-se, então, a Federação Operária de Pernambuco, em cerimônia a que compareceu o líder sindicalista nacional José Elias, vindo do Rio de Janeiro para presidir ao acontecimento.

A Federação instalou-se num prédio da rua das Águas Verdes, no Bairro de São José, e reunia as seguintes unidades sindicais: União dos Estivadores, Liga dos Trabalhadores das Fábricas de Tecidos, União da Resistência (que congregava os operários dos armazéns e trapicheiros da zona portuária) e o Sindicato de Ofícios Vários.

Manoel do Ó, que naquela época trabalhava no pôrto do Recife como maquinista da estrada de ferro, lá estava, no centro dos acontecimentos. Já se transformara num dos principais militantes do movimento operário pernambucano, temperado pela jornada histórica de 1909 e plenamente amadurecido como líder. A Federação Operária de Pernambuco era a concretização do sonho que alimentava, desde sua passagem pela Great Western (de onde saiu em 1911): o sonho de unir a classe operária.

A fundação da Federação Operária aparecia como corolário natural de uma prolongada gestação do movimento operário nordestino, que conduziu, finalmente, à vontade comum de unir os trabalhadores.

No ano de 1914, a consciência de classe, mais adulta, traduziu-se em sucessivas manifestações de diversos grupos profissionais:

— Os carvoeiros conseguem uma regulamentação do trabalho.

— Os tecelões acordam para a luta. E os operários da Torre entram em greve.

— Os operários da construção civil fazem uma greve total, protestando contra a substituição dos profissionais por trabalhadores trazidos dos engenhos do interior.

De modo geral, pode dizer-se que esses movimentos de reivindicações visavam a alcançar regulamentação do trabalho, aumento salarial, diminuição das tarefas e a combater as demissões arbitrárias.

Quando, durante as festividades do 1º de maio daquele ano, Cristiano Martins subiu ao palanque para afirmar vigorosamente a necessidade de uma «efetiva associação do operariado, com função de força e de energia», da praça pública se ergueu um grandioso clamor de apoio.

A classe operária estava preparada para se organizar. As primeiras e tímidas sementes do espírito de classe foram plantadas nos idos de 1888. Os jornais dessa época dão conta da existência de três associações de trabalhadores: a Liga Operária Pernambucana, a Associação dos Tipógrafos de Pernambuco e a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

Eram organizações sem espírito reivindicatório, preocupadas, apenas, em atividades beneficentes. Mas foi o comêço.

Na mesma linha, mas já com maior expressão, nasceu, em 1894, a União Beneficente dos Estivadores, entidade

que mais tarde chegou a tratar dos assuntos de interesse geral da classe.

As reivindicações surgiram com maior vigor em 1901, principalmente na greve dos empregados da estrada de ferro São Francisco, que pode ser considerada como o primeiro movimento de expressão na história do movimento operário do Nordeste. Antes, no ano de 1895, já haviam acontecido, entretanto, duas greves: a dos estivadores (julho) e a dos trabalhadores da estrada de ferro Limoeiro (outubro).

Acredita-se, inclusive, que essas duas greves ferroviárias contribuíram bastante para a criação do Centro Operário, no dia 2 de fevereiro de 1901, o qual desenvolveu papel importante nas duas primeiras décadas do século. Foi o Centro Operário que organizou e coordenou a grande greve de 1909, na Great Western.

O espírito de união dos ferroviários foi o elemento realmente deflagrador do processo da afirmação da classe operária. A força e consciência de classe que eles demonstravam contagiou, aos poucos, os outros grupos profissionais, ajudando-os a assumir atitudes mais concretas e organizadas.

Em 1905, os operários cigarreiros entram em greve e conseguem um aumento salarial, tendo pedido ajuda para o seu movimento aos estudantes da Faculdade de Direito. Logo em seguida, realizam uma grande reunião, «sob a prudência do acadêmico Isaac», com o objetivo de fundarem uma sociedade.

Em 1906, os estivadores fazem nova greve, que durou 10 dias e foi vitoriosa.

Em 1907, o 1º de maio traz às ruas do Recife milhares de trabalhadores, que percorrem vários bairros da cidade «em garboso préstito operário, puxado por uma das bandas do Exército». A noite, houve espetáculo de gala no Teatro Santa Isabel.

Nesse mesmo ano, em consequência da força que já adquirira o movimento operário, o Congresso Federal, sob o governo de Afonso Pena, votou uma lei que atribuía aos trabalhadores a liberdade de se organi-

zarem em sindicatos, sem qualquer interferência do Estado, para «o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais dos seus membros».

A greve geral dos ferroviários da Great Western, em 1909, constituiu uma manifestação de politização e consciência de classe, com dimensões grandiosas, se considerarmos as circunstâncias sócio-econômicas da época. A Confederação Operária Brasileira, fundada no Rio de Janeiro no dia 7 de novembro de 1912, por ocasião do IV Congresso Operário Brasileiro, passou a estimular, nos diversos Estados, o movimento operário. Órgão de tendências anarco-sindicalistas essa Confederação exerceu apreciável influência nos rumos do sindicalismo brasileiro nos anos seguintes.

•

No mesmo ano em que se fundou no Recife a Federação Operária de Pernambuco, estourou na Europa a primeira grande guerra mundial (1914/1918). E esse acontecimento determinou grande impulso na indústria brasileira, porque a falta dos produtos até então comprados na Europa deixou o mercado interno à disposição da indústria nacional. Fábricas novas surgiram, fábricas velhas foram ampliadas, novos produtos passaram a ser produzidos. Em decorrência disso, aumentou também, de forma assombrosa, o contingente operário: o censo de 1920 revelou que, só na indústria, o número de trabalhadores era de 275.500.

Contraditariamente, o movimento operário, durante esse período de desenvolvimento industrial, atravessou uma fase de certa obscuridade. Segundo alguns historiadores e sociólogos, isso se deveu ao fato de predominarem, no proletariado brasileiro, as idéias anarco-sindicalistas, que «só concebiam a organização sindical para exercer agitação».

O depoimento de Manoel do Ó e de seu companheiro de lutas Luiz Araújo confirma um pouco essa versão: «A idéia anarco-sindicalista não queria nenhum compromisso com a sociedade burguesa. Não era muito construtiva. Cultivava a revolta. Tinha firmeza de convicções e uma grande e invencível esperança na revolução que se acreditava próxima».

A estagnação do movimento operário no período 1914/1917 pode ser atribuída, também, a dois outros fatores que, conjugados, devem ter enfraquecido o espírito de luta da classe operária.

Um dos fatores, de ordem internacional, foi a limitação das atividades sindicais na Europa e nos Estados Unidos, durante a guerra. E isso deve ter repercutido no movimento operário brasileiro, cuja formação e evolução sempre haviam sido fortemente influenciadas pelas idéias e experiências internacionais.

Outro fator, de ordem interna, terá sido a provável melhoria de condições de trabalho provocada pelo surto de industrialização, eliminando ou reduzindo os problemas mais imediatos que motivaram as manifestações operárias.

•

1917 — eclodiu uma greve em São Paulo. Uma após outra, as fábricas pararam. Os operários exigiam aumento de salários. O movimento estendeu-se ao interior do Estado, paralisando fábricas, usinas, oficinas, ferrovias e portos. Foi a primeira greve geral abrangendo um Estado da União. Barricadas nas ruas, combates com a polícia, perseguições. Depois de tudo normalizado, os líderes foram presos.

1917 — Um movimento grevista de grande envergadura irrompeu no Recife, em setembro. Foi iniciado pelos operários da Fundação Cardoso, localizada à rua do Brum, Bairro do Recife. Aderiram ao movimento os operários pedreiros das obras da ponte do Mocotombó, em Afogados; a fábrica de sacos; a oficina de

Santa Rita; e as oficinas da Sapataria Combate. Depois, a greve ampliou-se, com a adesão dos 800 homens da União dos Estivadores, os 500 carvoeiros, todos os cigarreiros, os 200 operários das pedreiras de Camaragibe, os 460 empregados das Casas Wilson e Cony, os operários da Casa Singer, os trabalhadores das obras de fiscalização do Pôrto em Santa Rita e os homens da União dos Ofícios Vários da Várzea. Depois, a fábrica de Tecidos da Tórre, a fábrica de tecidos dos Nathan em Moreno, os operários das oficinas da Great Western em Jaboatão e os empregados do comércio, que trabalhavam 14 horas por dia.

As reivindicações do movimento: aumento de 50% nos salários e redução da jornada de trabalho para oito horas. Em algumas empresas, empregados e patrões chegaram a um acôrdo. Mas, na sua maior parte, a greve foi liquidada por violenta intervenção policial.

Algo de nôvo acontecera. Repentinamente, após três anos de quietude, a classe operária ressurgiu mais organizada, com novas técnicas de ação e novas convicções.

Acontecera, principalmente, a revolução russo-soviética, e a influência internacional do comunismo sobre a classe operária. O anarquismo, combatido pelo comunismo, começava a perder sua supremacia.

O Brasil não escapou a essa influência. Além das greves de S. Paulo, Rio e Recife, movimentos grevistas de grandes proporções nos principais centros urbanos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, etc. Quase todo o Brasil foi sacudido por um movimento geral de solidariedade operária.

No Recife, a Federação Operária começou a adquirir sobre o proletariado um poder de coordenação e um prestígio cada vez maiores. Na sua nova sede, localizada no segundo andar do prédio n° 227 da rua do Rosário, as reuniões passaram a ser mais frequentes. Novos sindicatos aderem à organização, fazendo aumentar dia a dia a sua força representativa.

Durante a greve de 1917 e nos meses que se seguiram, a preocupação dos operários passou a ser a organização. A palavra «sindicato» era repetida em todos os meios de trabalho. O clima de luta operária espalhava-se por toda a classe.

Nos dois anos seguintes, numerosas organizações sindicais foram criadas em Pernambuco, tal como acontecia no Brasil. A corrente de solidariedade engrossava cada vez mais. A união da classe concretizava-se em instrumentos de luta e promoção.

Manoel do Ó vivia intensamente essa movimentação. A sua palavra decidida, a sua autoridade moral, a autenticidade de suas atitudes, o seu dinamismo de militante e a fé na união da classe operária fizeram dele um dos mais eficientes propagadores e organizadores do movimento.

Um dos primeiros sindicatos a ser organizado foi o de Ofícios Vários de Jaboatão, reunindo principalmente os operários da Great Western. Manoel do Ó era um dos membros fundadores, integrando a primeira diretoria, ao lado de Amaro Araújo, Odilão Chalegre, Raimundo Fazenda e outros.

A fundação e força desse sindicato constituíram motivo de orgulho para Manoel do Ó, até o fim da vida. Ele sempre lembrou um estratagema usado para que o sindicato pudesse crescer e atuar sem ameaças de intervenção policial: foi fundado com autorização do governador do Estado, na condição de «não bulir com o govêrno».

Mesmo sem «bulir com o govêrno», o Sindicato de Ofícios Vários de Jaboatão tornou-se rapidamente um dos centros mais dinâmicos e importantes do operariado de Pernambuco e do Nordeste. Entre os seus dirigentes destacavam-se, também, Sebastião Eusébio, Antônio de Lima, Manoel da Conceição e Euclides Vieira Sampaio, todos operários das oficinas da Great Western. Eles orientavam e coordenavam de tal modo a ligação entre todas as oficinas e estações ferroviárias dos quatro Estados, que bastava fôsse enviada uma ordem te-

legráfica ou um emissário para que, imediatamente, parasse todo o tráfego.

Não demorou que Jaboaão merecesse o apelido de «Moscozinho...»

Entretanto, a experiência começou a revelar aos militantes operários a necessidade de algumas modificações na estrutura do movimento operário. Nas frequentes reflexões e debates que realizavam entre si, descobriram que a eficácia dos sindicatos de ofícios vários era comprometida pelo fato de reunirem, numa só entidade, diversas profissões.

E foi assim que, sobretudo no ano de 1919, concretizaram a diversificação sindical, por especialização profissional. Apareceram, quase repentinamente, numerosos sindicatos, todos acolhidos sob o teto e a coordenação da Federação Operária de Pernambuco.

Surgiu nessa época o Sindicato dos Metalúrgicos, que logo assumiu a liderança do movimento operário pernambucano. Manoel do Ó estava entre seus fundadores e principais animadores. Conduzido por diretores enérgicos como Amaro Araújo e Luiz Araújo, o Sindicato dos Metalúrgicos tornou-se autêntico fermento no movimento sindical, fundando, desenvolvendo e renovando entidades de classe por toda a região.

A sua sede era a sede de todos. Os seus líderes eram líderes de todos. A sua voz era ouvida por todos.

Luiz Araújo, que conheceu Manoel do Ó no dia da fundação do Sindicato dos Metalúrgicos, e dêle se tornou amigo e companheiro de muitas jornadas, conta o seguinte: «Ainda em 1919, o Sindicato dos Metalúrgicos realizou três incursões. Na primeira delas, bastante significativa, um trem especial fretado à Great Western saiu da Estação Central às seis horas da manhã, com uma composição de oito carros de primeira classe, conduzindo três mil operários. A supervisão

foi confiada a uma comissão da qual eu fazia parte, juntamente com Manoel do Ó, João Barreto e Amaro Araújo.

«Iamos a Limoeiro, cuja vida política se caracterizava pela luta entre dois chefes rivais: de um lado, o dr. Severino Pinheiro, situacionista (chegou a responder pelo govêrno, como vice-governador); na oposição, o célebre coronel Francisco Heráclito.

«Fomos recebidos entusiasticamente por operários e camponeses. Dirigimo-nos ao líder situacionista que, acedendo à nossa solicitação, colocou à disposição da caravana um salão da prefeitura para a cerimônia de fundação do sindicato local, prevista para depois do comício. As portas da prefeitura foram abertas. Enquanto isso, na praça em frente à sede municipal, o comício decorria dentro do maior entusiasmo. Isso parece ter assustado o dr. Severino Pinheiro, que mandou cerrar as portas da prefeitura e enviou até nós o tenente delegado, intimando-nos a sair da cidade.

«Então, o coronel Chico Heráclito, que não fôra procurado pela comissão, veio até nós, dizendo: *amigos, quando terminar o comício podem ir para o Hotel, onde o almôço está pôsto para a comissão, correndo as despesas por minha conta.* E comunicou que estava com um advogado pronto para agir, caso ocorresse qualquer aborrecimento durante a nossa estadia em Limoeiro. Saímos de lá às 18 horas, correndo tudo em paz. Não ficou fundado o sindicato, mas a semente foi plantada e pouco tempo depois deu os frutos desejados.

«A segunda incursão foi à Vila de Escada, dessa vez apenas com a participação de um grupo composto por mim, Amaro Araújo e Manoel do Ó. O idealizador da jornada foi um velho serralheiro chamado Antônio Carneiro, residente naquela vila. E o objetivo era o de fundar um sindicato de operários e camponeses. Tudo aconteceu como queríamos, num ambiente de grande entusiasmo: o sindicato foi fundado, sob a presidência de Antônio Carneiro.

«A terceira incursão foi organizada a Palmares, grande centro ferroviário. O trem chegou ali às 11 horas e fomos muito bem recebidos pelos operários da Great Western, tendo à frente o velho Olinto de Barros, agente da Estação, e pelos trabalhadores da usina e do campo. Logo na plataforma da estação começaram os discursos. Dali, fomos levados para um ótimo hotel, onde nos serviram farto almôço. Os discursos foram muitos, todos entusiásticos e de exaltação ao movimento operário. Depois, as comissões reuniram-se e foi assentada a base para a fundação do Sindicato de Ofícios Vários, como ponto de partida para a organização de Palmares».

A fundação de sindicatos por todo o Estado não se realizou sem riscos e sofrimentos. Os patrões não queriam ouvir falar em sindicato e muitos operários foram demitidos por se filiarem aos seus órgãos de classe. O clima entre os trabalhadores, apesar do entusiasmo reinante, era, por isso, também de temor pelas conseqüências.

Mas a fé na causa operária, de que eram exemplo maior Manoel do Ó e seus companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos, venceu todos os obstáculos.

Os sindicatos surgiam por toda a parte.

Por essa época, foi criado um jornal operário, com o nome de «Hora Social». No alto da primeira página, o símbolo da luta: um relógio com os ponteiros marcando 11 horas e 55 minutos.

Significava isso que faltava pouco para a vitória social.

•

A reação patronal contra a expansão e fortalecimento do movimento sindicalista foi sobretudo caracterizada pela atitude da «Pernambuco Tramways», quando os operários da empresa resolveram fundar sua entidade de classe.

Por essa época, o Recife era uma cidade com 240.000 habitantes, muitas fábricas, grande movimento comer-

cial, centro político e cultural dos mais importantes do país.

A Pernambuco Tramways controlava os serviços básicos da cidade: luz, telefone e transportes (bondes e trens suburbanos). Nos seus diversos setores trabalhavam então alguns milhares de operários.

Esses homens, que se defrontavam, indefesos, com normas e condições injustas de trabalho, resolveram fundar o seu sindicato, apoiados e orientados pela Federação Operária, dando à entidade o nome de União Cosmopolita.

A Pernambuco Tramways reagiu à iniciativa dos operários com a demissão dos empregados eleitos para a primeira diretoria e ameaça declarada de dar igual tratamento aos empregados que se filiassem à organização.

Os operários não aceitaram a humilhação.

No dia 21 de julho de 1919, uma comissão, composta de João Vasconcelos, José de Albuquerque, José Bezerra, José Bezerra Filho e Cícero Pereira Malto, procurou o sr. W. C. Butler, superintendente da Pernambuco Tramways, para fazer entrega de um memorial contendo as reclamações dos operários. Com eles, estava o dr. Joaquim Pimenta, no seu segundo contacto com a classe operária. E a presença do catedrático socialista serviu de pretexto para que o Butler não recebesse a comissão, alegando fazer parte dela «um membro estranho aos interesses da companhia».

Mas o movimento já estava deflagrado e o memorial foi divulgado pela imprensa. Os operários reclamavam:

— Readmissão dos empregados demitidos por pertencerem à União Cosmopolita.

— Redução das horas de trabalho.

— Abolição de multas, que deveriam ser substituídas por suspensões nunca excedendo cinco dias.

— Aumento salarial.

No mesmo dia em que a comissão tentara em vão ser recebida pelo sr. Butler, e face à recusa dêste em aceitar qualquer diálogo, a greve foi declarada, em grandioso comício realizado às 19 horas, em frente à sede da União Cosmopolita. Pouco depois, paravam tôdas as seções da Pernambuco Tramways.

O dr. Joaquim Pimenta foi o grande inspirador e animador desta greve, atuando como advogado e orientador dos trabalhadores. E essa greve introduziu-o definitivamente no movimento operário, no qual apareceu como figura saliente nos anos seguintes.

No seu livro «Retalhos do Passado», o dr. Joaquim Pimenta, evocando essa jornada operária, afirma o seguinte:

«Não havia outra atitude a tomar senão a da luta franca com uma empresa bastante poderosa pelo prestígio que desfrutava junto ao governo, importando ainda na suspensão de um serviço de interesse público, luta que iria depender de uma série de fatores, dois dos quais se me afiguravam decisivos: o modo como a população do Recife receberia uma greve que iria privá-la do principal meio de transporte e a solidariedade das outras organizações sindicais».

As preocupações do dr. Pimenta eram as mesmas dos operários. Mas logo no comício em que se resolveu deflagrar o movimento paredista, a solidariedade das outras organizações sindicais foi assegurada: a Federação Operária, apoiada pelos representantes de diversos sindicatos, estava presente para declarar o apoio solidário de toda a classe trabalhadora de Pernambuco.

O que mais preocupava a liderança da greve era, portanto, a conquista da opinião pública. E o dr. Pimenta conta a tática adotada para conseguir o apoio popular:

«Em vez de dirigirmos à população um apêlo sentimental, suplicando amparo para uma classe explorada, oprimida, indefesa, valemo-nos da única arma que, tínhamos certeza, iria penetrar bem fundo na sensibilidade do povo pernambucano: o seu velho e belicoso

nativismo-sentinela que, desde a nossa formação histórica, jamais adormeceu sobre a cadeia dos arrecifes. Em boletins distribuídos por todos os recantos da cidade e pelas estações da Great Western, para o interior do Estado, justificávamos a atitude dos empregados da Pernambuco Tramways como um gesto natural e legítimo de defesa de um direito plenamente assegurado pela Constituição de 1891, o de se reunirem e se associarem, sem outras restrições além das que a lei prescrevia. Entretanto, não satisfeita de explorar o trabalho, pèssimamente remunerado, do operário brasileiro, a Pernambuco Tramways ainda o tratava como um pária, como se o Brasil fôsse uma colônia de nações estrangeiras, para as quais a sua soberania nada valesse.

«Batendo sempre nesta tecla» — explica o dr. Pimenta — «o efeito não se fez esperar: a causa dos trabalhadores da empresa passou a ser, em vez de uma simples questão de classe, uma questão de dignidade nacional. O povo foi unânime em dar razão aos grevistas, estimulando-os a que não cedessem nem se deixassem dominar por uma companhia de estrangeiros».

Nos seus «Retalhos do Passado», o então advogado dos trabalhadores conta que a obstinada recusa da superintendência da Pernambuco Tramways em atender às reivindicações dos trabalhadores acabou precipitando a adesão de todo o operariado, «ampliando-se o movimento grevista com a paralisação total do tráfego da Great Western, dos serviços de estiva, das carrovoarias, dos armazéns do bairro do Recife, de toda a zona portuária, enfim; foram suspensos ainda os transportes de automóveis de praça, caminhões, carroças; e fechadas tôdas as fábricas e padarias da capital e dos subúrbios».

Manoel do Ó, Luiz Araújo e outros velhos militantes operários jamais esqueceram esta greve geral, que alcançou proporções «jamais vistas no Brasil».

Manoel do Ó, operário de 100 anos, lembrava em 1968 tôdas as jornadas daquela fase maior do sindicalismo nordestino e brasileiro. Dizia êle: «Acompanhei o movimento operário desta região desde os seus primeiros passos até hoje. E nunca encontrei uma vida sindical que lhe fôsse superior ou mesmo igual».

Ele explica por que:

«O que fazia o valor excepcional do movimento era a existência de uma formidável equipe de militantes e líderes, fiéis e amigos. Nem carreirismo, nem peleguismo, mas uma dedicação sincera e total à libertação da classe. E a grande riqueza do movimento era a sua liberdade. Ele era nosso. Não era dos patrões nem do governo. Podiam dissolvê-lo; mas não lhes era permitido controlá-lo. Para nós, naquela época, o sindicalismo só tinha duas alternativas: viver livre ou morrer».

Com a revolução russa em 1917, e a propagação das idéias e técnicas comunistas por todo o mundo proletário, os anarco-sindicalistas, que dominavam o movimento operário até então, passaram para plano secundário. A palavra «anarquia», antes de uso obrigatório na tribuna dos trabalhadores, foi substituída por «comunismo» que, juntamente com os nomes de Marx, Lenine, Hegel e Trotski, passou a formar o elenco das palavras chaves de slogans e frases de efeito.

Com a nova terminologia, surgiram, também, os novos pregadores da emancipação operária, substituindo nos palanques e nas sacadas os líderes anarquistas José Elias, o tipógrafo Antônio Bernardes Canelas e outros de menor projeção. Felipe Fagundes foi tam-

bém nome de grande projeção na época. Leitor e seguidor das idéias de Tolstoi, cabeleira abundante, barba crescida, defendia uma linha bem diferente do grupo anarquista: nada tinha de violento no seu combate à burguesia, o que não impediu de ter sido ferido a golpes de sabre, quando de uma das invasões policiais aos sindicatos, no governo do juiz Sérgio Loreto.

Entre os novos nomes da liderança sindical, alcançaram grande prestígio, principalmente:

— *Pedro Lira*, estivador muito calmo, ponderado, dono de grande firmeza de caráter, era sempre ouvido e acatado.

— *Amaro Araújo*, metalúrgico, um místico com excelentes aptidões de parlamentar: dicção clara, boa argumentação, palavra fácil.

— *Alcides Rosa*, orador veemente, a quem quase sempre pertenciam os discursos mais fortes.

— *Guilherme Seabra*, representante do proletariado rural, que gostava de dar tons dramáticos a descrições de miséria dos trabalhadores do campo.

— *Euclides Sampaio*, que não era dado a discursos, mas cuja capacidade de organização foi responsável, em grande parte, pela força extraordinária do Sindicato de Jaboatão.

— *Cristiano Cordeiro*, presença constante e bem acolhida nas assembleias sindicais, como doutrinador ortodoxo da filosofia marxista. Diplomado pela Faculdade de Direito e funcionário do Estado, tornou-se um dos hóspedes mais assíduos da Casa de Detenção. Seu prestígio se devia à clareza com que expunha suas idéias e, principalmente, à vista da pobreza e privações que levava, condições que o identificavam com os operários.

Sem contar, claro, com Manoel do Ó e Luiz Araújo, os companheiros inseparáveis da «brigada avançada»

do Sindicato dos Metalúrgicos, incansáveis apóstolos da causa operária, na tarefa de fundar, apoiar e orientar sindicatos.

Quem exerceu maior influência sobre o movimento operário daquela época (1917-1923) foi Joaquim Pimenta, catedrático da Faculdade de Direito, advogado do movimento operário, conferencista e conselheiro das organizações sindicais.

Joaquim Pimenta gozava de grande confiança entre os trabalhadores. Porque, não sendo operário, participava das ações e corria os mesmos riscos. Fazia-se sempre acompanhar de sua esposa D. Alice, que chegou a ser ferida por uma bala, numa refrega com a polícia. Os dois, certa vez, foram ameaçados de um processo e estiveram prestes a ser presos. Mas a classe operária do Recife, em péso, levantou-se no comêço de uma greve geral e o governador viu-se forçado a declarar o processo arquivado para sempre.

Joaquim Pimenta não era anarquista nem comunista. Era socialista. E considerava que a classe operária não estava ainda preparada para receber a doutrina que defendia, a não ser um pequeno grupo de certo nível de instrução. Por isso, seus discursos nunca possuíam conteúdo doutrinário. Preferia seguir uma tática mais oportunista e eficaz: a de arrancar das situações o que elas pudessem dar.

Sempre lutou por movimentos de caráter popular, que ultrapassassem os limites proletários, numa forma de ação que não fôsse apenas de luta de classes. Assim inspirou e dirigiu um grande movimento popular, a «Campanha da Fome», contra o orçamento do govêrno. A classe operária entrou até em greve geral, para apoiar um movimento de interêsse coletivo da população, orientado por outras classes, principalmente o Comércio.

Foi uma experiência de frente ampla que, no caso, alcançou sucesso total.

Manoel do Ó, que militava no movimento operário desde 1908, quando já se preparava a greve da Great Western, fazia certas restrições à influência dos intelectuais na condução da classe trabalhadora.

Ao recordar o passado de lutas, sua lucidez e sua concepção operária levam-no a declarar:

«A presença do intelectual no meio operário é sempre um perigo, se a classe não está madura».

Ele, que sempre colocou o amor e dedicação à classe operária acima das ideologias e tendências de cada época, reconhecia o valor da contribuição dada por Joaquim Pimenta ao movimento operário. Mas achava que a tentativa de dar ao movimento um caráter popular, envolvendo todos os grupos sociais, em vez de fortalecer a classe, provocara a sua diluição e enfraquecimento.

De outro lado, na sua opinião, as correntes que pretendiam colocar a força operária a serviço de uma ideologia ou de um partido também prejudicaram, naquele momento histórico em que acordavam tôdas as potencialidades operárias, o esforço de se edificar a classe numa estrutura sólida, unida e equilibrada, capaz de enfrentar tempestades e de assumir plenamente suas responsabilidades.

Talvez por isso, os movimentos grevistas, numerosos e abrangendo tôdas as profissões, expressão maior da coragem e determinação operária, transformaram-se muitas vezes em derrotas irremediáveis, quando a repressão policial e patronal semeava o desânimo, perseguindo, prendendo e demitindo trabalhadores ou dissolvendo sindicatos.

Manoel do Ó foi sempre o mesmo militante, usou sempre a mesma linguagem, trilhou sempre o mesmo caminho nas diversas fases do movimento operário, quer sob a influência do anarquismo, do comunismo ou do socialismo do dr. Joaquim Pimenta. Ao lado de muitos outros militantes idealistas, lutou e sofreu o que a classe operária dêle exigiu. Agüentou invasões, perseguições, cargas policiais, cadeia. E na velhice, recordando tudo isso, exclamava:

«Era bom que era danado!»

A sua ideologia foi sempre e apenas uma: a classe operária.

Por isso trabalhou até morrer.

## CAPÍTULO V

---

### A HORA DA TEMPESTADE



## O TESTEMUNHO DO SANGUE

Às 22 horas do dia 8 de julho de 1920, morria na enfermaria da Casa de Detenção o estivador e militante operário Pedro Lessa. Uma bala o atingira mortalmente, dois dias antes, quando, no desespero da fome, tentava, com dezenas de outros companheiros, garantir o direito ao trabalho.

Foi a quinta-feira mais triste do movimento operário. A notícia saiu da Casa de Detenção para a Federação Operária, e espalhou-se, levada pelo vento da revolta, até às Docas do Pôrto, às fábricas, às oficinas, aos edifícios em construção, às ruas. A cidade cobriu-se de tristeza, de medo, de revolta. Na casinha humilde da rua Imperial, a viúva e seus seis filhinhos ficaram ainda mais pobres, sem o amparo do braço forte de Pedro Lessa.

A bandeira da luta operária, banhada pelo sangue do estivador que apenas queria trabalhar, ergueu-se ainda mais alto, plena de decisão e coragem. Na manhã seguinte, em todos os centros proletários de resistência, o pesar e o luto determinavam uma atitude coletiva de ação.

Resolveu-se imediatamente reclamar o corpo de Pedro Lessa, para que tivesse um funeral operário. O chefe de polícia atendeu à solicitação, com duas proibições: o corpo de Pedro não poderia ir para a Federação dos Trabalhadores, e não seria permitido a estes cantarem hinos operários.

O cadáver era uma ameaça à ordem pública... O enterro foi marcado para as 15 horas. Três horas antes, os operários começaram a abandonar o serviço, para comparecer em massa ao funeral. Queriam dar

ao mártir da resistência proletária a mais digna despedida operária, numa grande e derradeira manifestação de solidariedade. «Fica dêle, para nós, o seu ato de coragem, para guiar as nossas ações futuras», diziam.

Era a consciência do compromisso ainda mais forte com a causa operária, à qual Pedro Lessa sacrificara a própria vida, tornando-se o símbolo maior dos operários a quem nem sequer se reconhece o direito de trabalhar.

Mais de 3.000 trabalhadores, empunhando bandeiras vermelhas, seu símbolo de revolta, atravessaram ruas e praças, num préstito formidável de sentimento, força e decisão.

Rodeando os operários, os contingentes policiais, fortemente armados, davam ao funeral a estranha aparência de um ato de guerra. Aliás, Recife transformara-se numa autêntica praça de guerra, ocupada pela polícia armada de carabinas.

A cidade assistiu atônita e comovida ao espetáculo imponente da multidão operária dirigindo-se ao cemitério, unida, coesa, forte, vigiada pelos canos das espingardas policiais.

«Mais parecíamos um imenso e altivo grupo de prisioneiros em marcha para o cadafalso», dizia Manoel do Ó, que caminhava firme nas filas de vanguarda.

No cemitério, foram designados para usar a palavra os trabalhadores Antônio de Barros Lins, presidente do Centro dos Empregados de Cafés e Hotéis, e Manoel do Ó, operário mecânico amigo íntimo do defunto.

«Pedro Lessa, tu vais e breve irão êsses belicosos policiais, teus assassinos...» Antônio Lins não terminou o discurso: foi prêso. Manoel do Ó foi também impedido de falar.

Então, o silêncio da multidão gritou o protesto mais profundo, enquanto, sôbre o túmulo, duas coroas eram depositadas:

«Saudade do proletariado de Pernambuco».  
«Lembrança da União dos Estivadores».

## O TESTEMUNHO DA SOLIDARIEDADE

Depois de 1918, os trabalhadores de Pernambuco, conscientes de que só a união faz a força, entraram firmes no esforço da organização sindical.

Os sindicatos, todos novos ainda, multiplicaram-se e firmaram-se, transformando-se rapidamente numa força apreciável, manifestada com evidência definitiva na greve geral de 1919, que paralisou a vida da capital e do Estado.

Para Manoel do Ó e seus companheiros, os trabalhadores estavam no ponto exato de se transformarem em uma classe unida e forte, capaz de impor sua presença, sua voz e sua ação na vida nordestina.

Mas as forças adversas também estavam atentas, temendo por seus privilégios. E decidiram pôr fim à aventura generosa da nova realidade social que brotava.

A arma discreta, mas eficiente, usada pelo capitalismo para minar a resistência operária aparecia nos freqüentes comunicados governamentais: «A polícia mantém-se alerta no sentido de evitar depredações e assegurar a liberdade do trabalho».

Aos seus companheiros, Manoel do Ó dizia: «O que se está fazendo não é assegurar a liberdade do trabalho, mas sim assegurar a safadeza e a covardia de companheiros ignorantes».

Os mais perspicazes, como êle, descobriram logo a impostura. E dispuseram-se a desmascará-la.

Os acontecimentos tornavam cada vez mais próximos os conflitos entre as duas forças. E a época de hostilidade aberta à classe operária surgiu com a eleição do dr. José Bezerra para governador do Estado. Sôbre êle, assim escreveu Joaquim Pimenta:

«A despeito do seu gênio expansivo e folgazão, o dr. José Bezerra era de temperamento incontrolável e vo-

luntarioso, dirigindo a sua usina de açúcar, no município do Cabo, com a mentalidade escravocrata do antigo senhor de engenho».

A nomeação do dr. Luiz Correia para chefe de polícia veio agravar ainda mais as coisas. Juiz de Direito da comarca do Cabo, o dr. Luiz Correia era, segundo Joaquim Pimenta, um homem «inculto, intratável, violento, que só conhecia o direito como manejo da espada, sem empunhar a balança».

O primeiro choque aconteceu no Cais do Pôrto, onde trabalhava o estivador Pedro Lessa, muito amigo de Manoel do Ó. De sangue muito quente, sempre reagia quando via ou sofria a injustiça. Talvez por isso, tão forte foi a amizade que ligou Manoel do Ó a Pedro Lessa, dois temperamentos de lutador.

Manoel do Ó narrava assim os acontecimentos:

«Uma injustiça afligia os estivadores associados. Depois da greve dos trabalhadores das Docas do Pôrto, declarada em solidariedade no mês de novembro de 1919, os estivadores passaram a sofrer as maiores perseguições por parte dos agentes das companhias de navegação. O dr. J. Philbert, superintendente das Docas, mandou vir, do interior do Estado, grande quantidade de trabalhadores para substituir os grevistas, homens que viviam há muitos anos dêsse trabalho, sem ter outro arrimo de vida.

«Após o término da greve, os agentes ordenaram aos mestres que, por ocasião dos embarques, fôssem somente contemplados seis associados em cada turno de 14 homens. O agente da polícia Salvino de tal, também empregado das Docas, piorava ainda mais a situação dos associados, pois muitas vêzes, mesmo quando haviam sido designados pelos mestres, substituíam-os pelos cabelouros (os trabalhadores não associados). E assim se passaram vários meses, com os estivadores privados de trabalhar e sem ter para quem apelar».

Na sua linguagem simples e objetiva, Manoel do Ó lambrava que uma comissão executiva da União dos Estivadores, designada pela classe para resolver o problema, fêz várias tentativas junto ao governador e ao chefe de polícia. Mas tudo foi inútil.

Em vez de soluções, o que aconteceu foi a institucionalização da injustiça. Em março, o sr. Umbelino do Sacramento, chefe das operações de carga e descarga, organizou um grupo de 60 homens não associados, e colocou-os a seu serviço, tendo, para isso, fundado uma sociedade beneficente que tomou o nome de «16 de Março». Os estatutos dessa sociedade cerceavam totalmente a liberdade dos trabalhadores a ela filiados. O artigo 50, por exemplo, determinava o seguinte: «Nenhum associado terá o direito de tomar parte em convite grevista ou anarquista, sob pena de ser eliminado e perder o gozo dos seus direitos».

A paciência dos estivadores chegara ao fim. O desespero da fome não permitia que continuassem na aceitação passiva da injustiça.

Pedro Lessa, um mulato de cabelo encarapinhado, ôlho rasgado que lhe dava o apelido de «japonês», não agüentava mais o drama que lhe ia no lar sem comida. Era homem forte, no físico e no espírito. «Um grande homem, socialista danado», diz dêle José Gabriel Alves Ferreira, o estivador Zé Gabriel, já aposentado e velho, participante dos acontecimentos de então e que, hoje, reside no interior de Pernambuco.

A bodega não fiava mais; os filhos reclamavam o pão que não lhes podia dar; a espôsa já não segurava as lágrimas do desespero; e Umbelino do Sacramento não permitia que êle trabalhasse.

Naquele dia, Pedro Lessa saiu de casa com o estômago roendo de fome. Foi mais uma vez ao pôrto para ver se conseguia trabalho. Outros companheiros na mesma situação se encontravam no local. Juntos, verificaram, mais uma vez, que Umbelino chamava os outros e não a êles.

Mas a fome já explodia em revolta. Eram outros homens. A paciência transformara-se em determinação: estavam decididos a trabalhar de qualquer maneira.

Umbelino havia-se preparado para isso. A polícia estava lá, e não demorou a abrir fogo quando o grupo de Pedro Lessa avançou disposto a resolver de vez o problema. O próprio Umbelino sacou de uma «mauser», com que se armara.

Caíram feridos Pedro Lessa, êste gravemente, e mais André Adelino, Manoel Joaquim, José Lucas e dois policiais, um dos quais, o cabo Severino Ramos de Oliveira, viria a morrer. O tiroteio deu-se às 6 horas e 50 minutos e durou cêrca de cinco minutos.

Os operários lançaram imediatamente um apêlo à união e à solidariedade, suas principais armas de luta. Um grito se levantou para tôda a classe operária:

«Eis, camaradas! Quatro companheiros tombaram nas nossas fileiras! E' a hora de lavar o sangue generoso dos operários!»



Pedro Lessa morreu, apesar dos esforços do dr. Arsênio Tavares, que lhe extraiu do fígado a bala assassina. A cidade ficou de luto e a classe operária acordada para as perseguições dizimadoras que já haviam começado.

O dr. Luiz Correia, chefe de polícia, não demorou a desencadear a campanha que visava exterminar os sindicatos.

A cidade encheu-se de boatos, estimulados por insistente noticiário dos jornais, segundo os quais «estaria iminente a erupção de um movimento de agitação».

A campanha, dirigida, alcançou plenamente os seus objetivos: servir de pretexto para a repressão policial.

A guarda da Detenção foi reforçada, as pontes guardadas (os boatos diziam que as pontes voariam pelos

ares...), as oficinas da Great Western e da Tramways e todos os estabelecimentos bancários receberam policiamento ostensivo.

Não aconteceu qualquer movimento. Os boatos eram falsos. Mas numerosos operários foram presos.

Entre êles, estava Pedro Lyra (estivador, secretário-geral da Federação Operária e líder muito querido pela classe), Luiz Correia, José Lucas, Manoel Joaquim, Avelino da Silva, Manoel Guilhermino, José dos Santos e Severino da Costa Monteiro. E muitos outros.

Mas a classe operária continuava de pé. No 1º de maio do ano seguinte realizou-se um meeting de grandes proporções, com a participação de todos os sindicatos, no Teatro do Parque.

A fôrça que manteve o movimento operário firme foi a solidariedade. Em vez de lamentar a morte ou a prisão de trabalhadores, os militantes concentraram seus esforços na ajuda aos sobreviventes e nas tentativas de libertar os companheiros detidos. Foi criado um comitê pró-presos, para estudar e tentar os meios que pudessem levar conforto e libertar os presos. Outro comitê encarregou-se da ajuda material às famílias atingidas pela repressão. Tôdas as organizações abriram subscrições entre seus associados.

Nesse clima de solidariedade, a classe operária preparou e comemorou o 1º de maio de 1921. Luiz Araújo presidiu à cerimônia e Manoel do Ó foi um dos oradores. A viúva de Pedro Lessa e seus seis filhos estiveram também presentes, lembrando o nome e o testemunho do líder morto.

Luiz Araújo terminou vibrante discurso de encerramento pegando no seu próprio chapêu e colocando dentro o primeiro donativo. Manoel do Ó tomou conta do chapêu, que rapidamente se encheu com o dinheiro das contribuições. O fruto desse gesto de solidariedade operária foi entregue à viúva de Pedro Lessa.

Era luta organizada contra a fome.

## O TESTEMUNHO DA RESISTÊNCIA

O fogo aberto no cais do Pôrto não se apagou com o derramamento do sangue de Pedro Lessa. Os adversários do movimento operário continuavam insatisfeitos, principalmente vindo as organizações dos trabalhadores crescendo em força e em coragem.

A classe operária estava ferida mas não atemorizada. E resistia.

Manoel do Ó e Luiz Araújo, no Sindicato dos Metalúrgicos, eram, talvez, os incentivadores maiores da resistência operária. Quando os dois se encontraram em 1968, depois de passarem vários anos sem se ver, recordaram um curioso episódio acontecido naquele tempo da luta comum. Parecia ter chegado a paz para a classe operária...

O governador José Bezerra, numa iniciativa surpreendente, mandou um mensageiro ao Sindicato dos Metalúrgicos, comunicando que desejava assistir a uma sessão da entidade. A proposta foi discutida e recebida de bom grado pelos operários metalúrgicos.

«Mas contra o meu voto» — lembrava Manoel do Ó. «Conhecia bem as manhas daquele político e temia os resultados».

Durante a visita, o governador presidiu à sessão do Sindicato e declarou estar satisfeito com a organização do operariado.

— Também sou operário. Tenho as mãos calosas da palha de cana da minha usina — disse S. Excia.

E justificou as refregas anteriores da seguinte maneira:

— A controvérsia é a arma do progresso.

Muitas palmas anunciaram o renascimento da esperança operária. Mas o eco dos aplausos não chegou longe. Poucos dias depois aumentaria a pressão policial contra as organizações operárias.

Manoel do Ó tinha razão.

Entretanto, muitos dos elementos presos quando dos acontecimentos sangrentos do cais do Pôrto continua-

vam presos. E as condições de vida dos trabalhadores pioravam dia a dia. A classe operária reagiu mais uma vez à humilhação: tomou a iniciativa da ação para libertar os seus presos.

Entrou em greve.

O «Diário de Pernambuco» do dia 22 de setembro de 1920 publicava a seguinte notícia dos acontecimentos: «Abriram o caminho os 500 operários da Empresa das Indústrias Reunidas dos srs. Bernardino Costa & Cia., em Santo Amaro.

«Pelas 8 horas, quando o sr. Eugênio de Almeida, gerente da fábrica, se aproximava do estabelecimento, notou em frente ao mesmo grande aglomerado de operários.

«Procurava entender-se com eles para se inteirar do que ocorria, quando foi interpelado por um delegado da Federação Operária, a quem se recusou a atender, dizendo-o estranho à fábrica».

«Como os donos da fábrica não tinham recebido nenhuma reclamação dos seus operários, presume-se que o movimento se tenha organizado pelo fato de não haver a gerência permitido que os operários abandonassem o trabalho sábado, às 14 horas, para acompanhar o enterro de um deles».

«O sr. Eugênio Almeida então pediu garantias ao chefe de Polícia. Esta autoridade determinou que seguisse para a referida fábrica o 3º delegado dr. Júlio Machado, que se fez acompanhar de dez praças embalados, sob o comando de um sargento».

Estavam de novo, face a face, as mesmas forças: os operários, os empresários e a Polícia.

Do lado dos operários, o movimento ampliou-se rapidamente. A greve propagou-se como o fogo, atingindo a construção civil, a fábrica de papel de Jaboatão, os armazéns do Pôrto; e ameaçando a Pernambuco Tramways e a Great Western.

Do lado dos empresários, aumentaram as medidas rigorosas, mais drásticas do que as do passado: demissões, denúncia de operários à polícia, etc.

Do lado da polícia, as prisões eram mais frequentes. Aumentaram os contingentes embalados nos pontos nevralgicos da cidade. Tôda a policia foi colocada de prontidão.

No dia 26 de setembro, em meio a tal clima de tensão, o comandante da força policial dirigiu-se à sede onde os trabalhadores se encontravam reunidos (Sindicato dos Metalúrgicos), e intimou os operários presentes a evacuar a casa.

Começara a perseguição maior.

•

Manoel do Ó estava lá dentro e assim contou o que aconteceu:

«Os operários estavam reunidos à noite na sede dos Metalúrgicos, convidados pela Federação Operária. Na praça do Carmo, onde se situava a sede, uma grande multidão encontrava-se reunida por causa das festas comemorativas da coroação da padroeira do Recife, na Basílica do Carmo.

«O Sindicato dos Metalúrgicos, que naquela época liderava o movimento operário, foi atacado por cerca de 40 praças embalados, sob o comando do tenente Cardin, célebre pela violência dos processos que usava. Eram 17 horas. Estabeleceu-se, então, grande confusão, havendo correrias e atropelamentos. Grande parte da assistência recolheu-se ao templo, cujas portas foram fechadas, e ficando adiada a solenidade religiosa, que apenas se iniciava.

Tudo isso aconteceu poucos dias depois da visita do governador ao nosso sindicato. A repressão policial aumentava outra vez contra as organizações operárias e nessa mesma noite várias sedes de sindicatos foram assaltadas por forças embaladas da polícia militar e civil, prendendo e espancando associados, quebrando móveis, predando tudo. Até o dinheiro desapareceu».

Luiz Araújo e Manoel do Ó permaneceram firmes no salão, fazendo frente à força policial. «Somos nós os responsáveis pela Assembléia, não êles», diziam.

Mas a polícia expulsou os operários, perseguiu-os no prédio e na rua, espancou-os e levou muitos presos para a Delegacia e para a Casa de Detenção. Luiz Araújo e Manoel do Ó, no entanto, conseguiram escapar.

Durante o resto da noite, a cidade foi patrulhada por fortes contingentes de cavalaria, armados de «Nagants», sob o comando de oficiais.

Uma noite trágica para as organizações operárias: todos os sindicatos tiveram suas sedes fechadas e arrasadas e se viram proibidos de funcionar em qualquer local.

Do mesmo modo, o jornal «Hora Social» foi forçado a suspender sua circulação.

•

A violência usada pela polícia foi de tal modo exorbitante, que até o jornal conservador «Provincia» escreveu, em editorial, um protesto sereno mas firme:

«Foi uma violência lamentável a que praticou ontem a polícia. Violência inútil. Não podemos dar aplausos às medidas de força e brutalidade por parte da polícia, máxime nas circunstâncias de ontem, que as não reclamavam ou justificavam». O jornal denunciou a incapacidade do chefe de polícia, «que permite fiquem absolutamente misteriosos os maiores crimes, enquanto autoriza o espancamento e as cenas canibalescas contra os operários».

Os protestos surgiram em todo o Brasil. Do 3º Congresso dos Trabalhadores do Brasil, que se realizava naquela ocasião, saiu uma vigorosa mensagem de apoio e solidariedade. E em tôdas as partes formavam-se comitês para prestar auxílio aos perseguidos e às suas famílias.

A solidariedade era a grande arma da resistência. E o movimento operário voltava a afirmar-se, forte no sofrimento e na luta. O jornal «Hora Social» retornava à circulação no dia 13 de novembro, traduzindo a coragem operária:

«Voltando hoje à publicidade após uma interrupção motivada por circunstâncias já suficientemente conhecidas do operariado e do povo em geral, sente-se a HORA SOCIAL no imperioso dever de erguer bem alto o seu protesto contra as arbitrarias medidas de repressão a idéias libertárias, postas em prática pelo poder legal, na noite tristemente célebre de 26 de setembro».

Naquela noite, não ficara pedra sobre pedra: leis, decretos, sindicatos... foi tudo pelos ares.

Mas a resistência operária faz ressurgir o movimento, já não tão forte, é certo, mas pronto para prosseguir em novas jornadas de luta.

•

Julho de 1922. Um matutino do Recife divulga uma declaração do dr. Sérgio Loreto, prestes a assumir o cargo de governador do Estado: a de que, logo que assumisse o governo, iria «tomar enérgicas medidas contra as classes trabalhadoras».

Dia 20 de agosto do mesmo ano. A superintendência da Pernambuco Tramways dispensa 12 empregados, alguns deles associados da União Cosmopolita, que trabalhavam num serviço de linhas de Tejipió, Beberibe e Campo Grande, «visto estarem terminados os serviços das referidas seções».

Poucos dias depois, no «Jornal do Comércio»:

«O sr. chefe de Polícia reforçou todos os destacamentos policiais dos subúrbios, determinando que os mesmos ficassem de prontidão, bem como as autoridades policiais.

«Às 23<sup>1</sup>/<sub>2</sub> horas, o dr. Affonso Batista, acompanhado de vários praças, percorreu diversas ruas da cidade,

ordenando a retirada dos cartazes que anunciavam a greve, colocados à esquina da Lafayette e determinando que fôsem fechados os cafés, a fim de serem evitadas aglomerações.

«Às 24<sup>1</sup>/<sub>2</sub> horas, a polícia cercou a União Cosmopolita, situada à rua Estreita do Rosário, onde estavam reunidos os operários, e efetuou 28 prisões. Os presos foram recolhidos à Penitenciária de Detenção. Momentos depois registravam-se novas prisões de grevistas:

«O bairro de Santo Antônio, notadamente a praça da Independência, rua Nova, Estreita do Rosário e as diversas travessas que ligam essas artérias, estão rigorosamente policiadas por patrulhas de cavalaria e infantaria embalada».

O cartaz colocado à esquina da Lafayette, referido pelo jornal, dizia o seguinte:

«A classe dos operários da Pernambuco Tramways avisa o público que resolveu decretar greve para amanhã, por se ter recusado a companhia à readmissão de quatro operários injustamente demitidos.

«Pleiteia, igualmente, além da readmissão dos seus companheiros, aumento do salário.

«A classe conta com o apoio do público, que saberá fazer-lhe justiça.

«A greve será pacífica, tendo uma comissão de trabalhadores solicitado do sr. chefe de Polícia que mandasse garantir o material da empresa em todos os seus departamentos.

«A classe dos *chauffeurs* está pronta a apoiar os operários da Tramways. Ass.: A Comissão Executiva».

•

Essa greve da Pernambuco Tramways, em agosto de 1922, foi o pretexto que o recém-empossado governador Sérgio Loreto aguardava, para desfechar o golpe de morte nos sindicatos e na classe operária.

O nôvo governador tivera seu nome indicado pelo cônego José Pereira Alves, deão da Sé de Olinda, como solução conciliatória para a crise política que surgira com a vitória do dr. Henrique Carneiro da Cunha, nas eleições que deveriam escolher o sucessor do dr. José Bezerra. O eleito foi impedido de tomar posse por fôrça de intervenção federal.

Joaquim Pimenta haveria de escrever mais tarde:

«Pois assim que se ofereceu a oportunidade, o dr. Sérgio Loreto não descurou de resolver o único problema de ordem social, econômica e política que a sua mentalidade de cimento armado conseguiu alcançar e compreender em todo o seu sinistro e calamitoso quadriênio: o fechamento sumário, e com extrema violência, das organizações sindicais de Pernambuco».

A oportunidade foi a greve da Pernambuco Tramways. Logo após ter recebido a comissão que lhe comunicara a decisão de fazer a greve caso não fôsse atendida nas suas reivindicações, Sérgio Loreto entendeu-se com o comandante da Polícia do Estado, a quem ordenou a remessa de fôrça para todos os departamentos e estações da Pernambuco Tramways, bem como uma fôrça de 30 praças, sob o comando do tenente Luiz Gonzaga, para a Usina Gazômetro. E a Fôrça Pública do Estado entrou de prontidão.

Tudo isso porque os líderes da União Cosmopolita pediam a readmissão dos companheiros Pedro Ferreira, Hermógenes Barbosa, Napoleão de Souza e Antônio Augusto. Tudo isso porque a grande reivindicação era o direito ao trabalho.

Tudo foi muito rápido e duro naquela madrugada de sábado.

Com a cidade totalmente patrulhada, a greve foi impedida de desenvolver-se pela violenta repressão policial.

Não houve reação, nem ela seria possível, devido à surpresa, rapidez e extrema brutalidade com que agiram os policiais. Os grevistas foram dispersados a sabre e os principais cabeças do movimento detidos.

Não satisfeito com isso, o chefe da Polícia, depois de entendimentos com o governador, determinou o assalto e fechamento das sedes de todos os sindicatos do Recife. Segundo Joaquim Pimenta, a ordem foi cumprida «com verdadeiras cenas de vandalismo».

Não houve mediação possível, porque tôda a possibilidade de diálogo e entendimento foi cortada. A ordem era apenas uma:

«Esbordoar, prender; se reagir, matar».

Mas a tarefa destruidora não havia ainda terminado. Depois de destroçadas as organizações operárias, o governador Sérgio Loreto mandou arrancar das fábricas e do seio das famílias os operários de mais prestígio na classe. Centenas, talvez milhares de operários foram encarcerados e torturados nos calabouços da Casa de Detenção, ou deportados para o presídio de Fernando de Noronha.

Bastantes foram conduzidos a destinos ignorados para nunca mais voltarem. Foram assassinados.

Os velhos operários que puderam repetir às gerações seguintes a triste história que viveram durante os governos de José Bezerra e Sérgio Loreto são unânimes em dizer que «muita gente morreu».

Manoel do Ó, cuja privilegiada memória não esquecia nomes nem datas, conta sua própria experiência de 1922:

«A polícia foi buscar-me em casa às duas horas da madrugada e levou-me para a Chefatura de Polícia. Éramos mais de 200 companheiros presos ali, todos destinados a desaparecer para sempre. Eu fui solto, porque o dono da fábrica onde trabalhava como mecânico (a Aniação) era o coronel Castro Lima, prefeito da cidade, que conseguiu a minha libertação. Mas os outros companheiros desapareceram para sempre, fuzilados no mato de Imbiribeira».

## **CAPÍTULO VI**

---

### **NO PEITO DO GIGANTE UM CORAÇÃO DE HOMEM**



**M**anoel do Ó escapou da morte mas não escapou da perseguição. A polícia passou a seguir seus passos ostensivamente. O movimento operário, destruído, perdera sua estrutura e seus homens.

Os companheiros de Manoel do Ó ainda em liberdade tentaram protegê-lo das ameaças que pesavam sobre sua vida. E convenceram-no a refugiar-se no interior. Ele seguiu, finalmente, os conselhos dos amigos, triste pela derrota operária, mas não desesperando da sua classe e firmemente disposto a sobreviver como profissional, como homem e como chefe de família. Não tinha medo do futuro. Nunca teve medo. Suas mãos hábeis, sua inteligência ágil, sua consciência profissional, seu amor ao trabalho, sua retidão de caráter — as virtudes que formavam o edifício da sua personalidade operária eram as mesmas de sempre, mas ainda mais amadurecidas pela experiência da luta.

Foi para o interior e por lá andou, sempre trabalhando. Nunca conheceu o desemprego, porque os patrões, que o temiam como líder, apreciavam-no como trabalhador. Mas deixou de ser Manoel do Ó, passou a ser Manoel Pedro. O seu sentido de luta talvez lhe tenha sugerido a conveniência dessa mudança.

Conheceu vários empregos. E em 1926 tentou outra atividade: comprou um caminhão e começou a fazer fretes.

Foi um fracasso, igual ao que tivera quando resolveu, muitos anos antes, ser comerciante de cereais. Sua vocação não era aquela; seu destino estava nas fábricas e nas oficinas, onde suas mãos sempre construíram obras boas. Manoel Pedro entendeu isso. E repetiria, nos muitos anos que ainda viveu:

«Sou um artista».

«Sou um criador».

Retornou ao Recife por volta de 1930, para trabalhar nos fornos de incineração da prefeitura. De lá saiu, pouco tempo depois, para afirmar, mais uma vez, sua dignidade e sua independência: queriam que ele fizesse campanha política em favor de alguém muito importante. Não aceitou.

Conservação dos guindastes do pôrto e da ponte giratória; calçamento de ruas em João Pessoa, Barreiros, Recife e outras cidades; mais fábricas e mais oficinas — o operário criador continuou sua missão por muitos anos mais.

O trabalho sempre foi seu instrumento de luta e independência.

Manoel Pedro era um chefe de família feliz. Seu segundo casamento, com Eusébia Sancha Eloy, foi duradouro e prolífero. Casara-se com ela no dia 28 de novembro de 1912, quatro meses após ter ficado viúvo da primeira mulher. Também no amor, Manoel Pedro não aceitava interrupções.

Dos sete filhos do primeiro casamento, apenas duas meninas sobreviveram — Georgina e Agostina, — que foram acolhidas no nôvo lar. Agostina morreu pouco depois e a outra apegou-se muito à nova espôsa de Manoel Pedro, a quem tratava e considerava como mãe.

A felicidade dêste casamento durou quase 25 anos. A espôsa era boa e compreensiva. Apoiava as lutas operárias do marido e adivinhava-lhe os desejos e pensamentos.

Manoel Pedro sempre foi chefe de família austero e exigente. Como no trabalho e na luta. Mas Eusébia entendia-o e completava-o, com as suas virtudes de espôsa, mulher e mãe. Um casal exemplar, modelo na rua onde moravam.

Depois de 1930, as andanças profissionais de Manoel Pedro exigiam dêle constantes viagens. E os falsos amigos corroeram a felicidade do casal, fazendo levantar no espírito de Manoel Pedro suspeitas quanto à fidelidade da mulher.

Ele continuava o mesmo homem de decisões radicais, principalmente em questão de honra. Abandonou mulher e família.

Isso aconteceu em 1937.

Conta Jacinta, filha do casal separado, que Eusébia sofreu muito e nunca deixou de amar seu marido, a quem sempre continuou fiel, inclusive defendendo-o perante os filhos.

Foi uma separação de 25 anos, parte dos quais Manoel Pedro viveu com outra mulher, que o abandonou.

Os dois voltaram a se encontrar momentos antes de Eusébia morrer, em 1962. Então Manoel Pedro reencontrou a família, passando a viver com sua filha Jacinta, que lhe era muito dedicada.

O sindicalismo, destruído pela repressão, perdera suas características de luta, de tal maneira que não teve a mínima participação nas várias revoluções armadas que antecederam o movimento de 1930, através do qual Getúlio Vargas conquistou o poder.

As organizações e líderes sindicais que apareceram depois de 1930 não passaram para a história: eram marginalizados e acomodados.

Getúlio Vargas, hábil manejador do poder, implantou e institucionalizou uma política de conciliação entre todas as classes: não desarticulou o latifúndio; ofereceu à burguesia a «paz social»; agradou aos trabalhadores urbanos com várias concessões trabalhistas, entre as quais o salário mínimo.

Os sindicatos tornaram-se órgãos tolerados, com atribuições legais que não podiam ultrapassar. E por essas atribuições, os sindicatos eram menos órgãos a serviço da classe e mais instrumentos atuando no interesse da ordem política do momento.

Foi criado o Ministério do Trabalho. E nasceu o «pelego», figura típica da época getulista, verdadeiro profissional do sindicalismo, que, para tirar proveitos pessoais, facilitava o controle das atividades sindicais por parte do governo e dos patrões.

Acabou a repressão, porque não era mais necessária.

A classe trabalhadora, no engodo das pequenas vantagens oferecidas, chega a considerar Getúlio «pai dos operários».

Na parte final da década de trinta, o Estado Novo completou a obra de legislação trabalhista e, em 1942, foi promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas, amarrando definitivamente os sindicatos ao controle governamental.

Manoel Pedro recusava-se sistematicamente a falar dos acontecimentos de 1930 para cá.

«Essa é uma história que deve ser contada por outra geração», justifica-se ele, revelando um surpreendente sentido de história.

Mas seria só por isso?

Os amigos mais íntimos admitiam que esse silêncio de Manoel Pedro era reflexo do abalo que sofrera na vida familiar, quando se separou de Eusébia. O retôrno ao lar, para se despedir da esposa moribunda,

talvez tivesse significado o reconhecimento de que errara ao duvidar da fidelidade de Eusébia. E não lhe agradaria recordar nem o período de sofrimento do homem que se julgou ferido na sua honra, nem as conseqüências do seu julgamento precipitado sobre a mulher.

Manoel Pedro jamais conversou sobre isso: a verdade, só ele a ficou sabendo.

Mas há uma frase de Manoel Pedro que pode justificar o seu afastamento de militância mais ativa. Falando dos sindicatos que ajudou a fundar e dentro dos quais lutou, ele dizia:

«Não havia nem carreirismo nem peleguismo, mas uma dedicação sincera e total à libertação da classe. A grande riqueza do movimento era a sua liberdade. O movimento operário era nosso. Não era dos patrões nem do governo. Podiam dissolvê-lo; mas não lhes era permitido controlá-lo. Para nós, naquela época, o sindicalismo só tinha duas alternativas: viver livre ou morrer».

Não era esse o sindicalismo que Manoel Pedro via, depois que Getúlio Vargas assumiu o Poder. Não fora por esse sindicalismo que ele lutara, mas por um movimento operário livre, autêntico, dos operários e para os operários. Ele lutara pela organização da classe operária. Homem desde os 12 anos de idade, não aceitava que o tratassem como criança dócil, às quais se dão guloseimas para que parem de reclamar. E foi isso que fizeram com a classe operária.

Roubaram a sua classe. O que os trabalhadores da sua geração tinham conquistado, com tantos sofrimentos e coragem, transparecia, hoje, ter sido dado gratuita e espontaneamente pela generosidade dos governos sucessivos. Até os próprios operários se deixaram iludir. De fato, poucos entre eles tinham a lucidez de Apolinário Marques da Silva, líder dos estivadores do Nordeste, e um dos raros líderes operários autênticos dessa época, que costumava dizer nas assembléias sindicais: «As leis trabalhistas são frutos de uma lon-

ga luta. Tudo vem da luta. Nada foi dado de mão beijada».

Mas despojaram a classe operária dos frutos de sua luta, no intento de lhe tirar o vigor e até a dignidade.

Foi um dos grandes sofrimentos de Manoel Pedro.

Mesmo assim não perdeu a esperança. O velho lutador não renunciou ao necessário combate. Continuou participando de tudo, prestando a sua valiosa colaboração, estando presente com o seu voto, os seus aplausos ou a sua vaia.

Nunca foi um omissor.



Aposentou-se aos 99 anos, com Cr\$ 76,00. Mas continuou trabalhando. Para sobreviver e para ser independente.

Tinha 92 anos quando procurou e conseguiu o seu último emprego, nas oficinas da construtora Borrione S.A., como mecânico. Depois de conseguido o emprego, sua primeira atitude foi a de filiar-se ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, seu novo setor profissional. E durante oito anos, até morrer, participou de todas as atividades do seu novo sindicato.

Não entendia a vida operária sem militância.

Como não a entendia sem trabalho. Todos os dias caminhava 20 minutos a pé, para chegar à oficina na hora certa. Com 100 anos de idade, não aceitava privilégio: era um operário igual aos outros, que ganhava o salário com o suor do rosto.

Sua vida foi um hino ao trabalho e à luta.

Assim foi também a festa do seu Centenário, coroaçãõ de toda uma vida.



A comemoração do Centenário de Manoel Pedro, que durou três dias, foi uma das mais belas festas operá-

rias já vistas na região. Na casa modesta e pobre, sem a música que seu velho rádio já não tocava, Manoel Pedro recebeu primeiro seus companheiros das oficinas da construtora «Borrione S.A.», onde êle, como mecânico, trabalhava na fabricação de correntes. Isso, no dia 31 de janeiro de 1969, uma sexta-feira. Era o dia certo do seu aniversário e foi êle que decidiu reservar a primeira festa para os seus colegas de trabalho, a fim de que ninguém possa dizer que «os operários se satisfazem com os restos».

Aos 100 anos de idade, a classe operária, a sua classe operária, continuava sendo para Manoel Pedro o valor mais alto, a preocupação mais dominante, o amor mais forte e consciente.

Era uma hora da manhã quando Manoel Pedro acordou sua filha Jacinta, com quem vivia, para o primeiro abraço. O abraço que lhe prometera. Exatamente àquela hora, cem anos antes, êle nascia em Nossa Senhora do Ó, pequeno povoado ao sul do Recife, no lar modesto de José Ramos de Oliveira e Maria Basília, ela índia caeté.



No sábado, 1º de fevereiro, foi a festa oficial do centenário. Manoel Pedro assim quis, para que o domingo ficasse reservado às comemorações mais íntimas da família que deveria vir, por parte, do interior.

Morava naquela casa havia apenas um mês, e tinha-a preparado como se nela fôsse viver mais cem anos. Era uma velha casa pertencente à firma em que trabalhava. Mas Manoel Pedro consertou-a, introduziu mudanças, com as próprias mãos e a ajuda de um pedreiro amigo. Todos os dias, depois da jornada de trabalho, durante um mês, consagrou à casa algumas horas de ternos cuidados. Com entusiasmo e juventude, como noivo que se prepara para o casamento.

Mesmo assim a casa ficou pobre, sem conforto. Apenas um velho rádio inválido e um refrigerador comprado a duras penas, ainda não totalmente pago. Só em setembro, depois da última prestação, teria condições de mandar consertar o rádio.

Mas era a sua casa.

Ali estavam amigos de todas as idades, os filhos, os netos mais chegados, o casal Borrione (seus patrões), a diretoria do Sindicato da Construção Civil, o presidente da Federação dos trabalhadores de Pernambuco. E Dom Hélder Câmara.

Nessa noite, na casa de um trabalhador que imolara toda a sua vida no testemunho operário, houve missa celebrada pelo arcebispo. Ela transformou-se, pelas intervenções dos participantes, em hino de veneração e respeito «à grande presença de Manoel Pedro no templo de Deus que é o mundo», preparando, com seu testemunho de 100 anos, a vinda do Libertador.

Manoel Pedro solicitou ao arcebispo que o abençoasse. Mas naquela noite, no templo operário em que sua casa se transformara, só Manoel Pedro, dono de uma riqueza de 100 anos de vida, de luta e trabalho, tinha o poder e o direito de abençoar. Assim disse Dom Hélder e assim aconteceu, no abraço solidário que uniu o arcebispo e o trabalhador.

A festa operária terminou com um jantar de confraternização.

Vários e vibrantes discursos, as lágrimas correndo dos olhos da maioria, cada um dominado e comovido pelo exemplo e força espiritual que emanavam da vida exuberante do velho operário. De branco — como sempre gostou de vestir-se — firme, ereto, sempre de pé, Manoel Pedro conversava, gesticulava, olhos e ouvidos atentos a todos e a tudo que o cercava. Sua voz forte, sonora, ouvia-se em perguntas e respostas que revelavam extraordinária lucidez. Falava de tudo, porque de tudo sabia, graças ao velho rádio agora em pane, mas que, enquanto funcionou, o manteve informado de todas as notícias. Seus olhos, que ainda não precisavam

de óculos, agitavam-se entre as rugas, para que nenhum detalhe da festa ficasse omitido na sua mente privilegiada. Seu coração honesto e vibrante manifestava-se nas atenções dispensadas aos amigos, aos quais sempre soube ser fiel. Sua memória extraordinária alimentava conversas com fatos ignorados, de velhas jornadas operárias. Seu raciocínio ágil orientava diálogos ricos de idéias.

Manoel Pedro, o operário de 100 anos, guardava intactas as qualidades e a força do líder e militante Manoel do Ó.

Na segunda-feira, dia 3 de fevereiro de 1969, Manoel Pedro de Oliveira voltou à sua banca de trabalho, para fazer mais correntes.

«Trabalharei até morrer, para morrer de pé».

«É o trabalho que constrói e dignifica o homem e o mundo».

O mecânico Manoel Pedro de Oliveira levava a sua luta até o fim.

Por pouco tempo mais. No dia 6 de julho, êle entrou pela última vez nas oficinas da construtora Borrione. E ali fez sua última obra de criação.

## **CAPÍTULO VII**

---

**VIVER E MORRER DE PÉ**



**M**anoel Pedro de Oliveira, que foi o militante e líder operário Manoel do Ó, acumulou em 100 anos de vida, trabalho e luta, um tesouro de sabedoria e virtudes. Tesouro que ele soube e quis cultivar até morrer, para que aumentasse sempre mais e mais.

Seus contemporâneos, e ele mesmo, afirmaram que Manoel Pedro sempre se empenhou na aquisição de conhecimentos novos, mas nunca os guardou para si: transmitia-os aos companheiros, na obra de libertação operária a que consagrou todo o vigor e ardor de sua alma de militante.

Ele nos deixou o exemplo de uma vida sem omissões, no compromisso permanente com a causa operária.

Uma vida plena de testemunho, de dignidade, de construção.

O último capítulo deste livro sintetiza as idéias que orientaram essa vida, na intenção de perpetuá-las para a classe operária, que ainda não encontrou os caminhos da definitiva libertação.

São as idéias que proclamam a imortalidade do homem.

Através delas, Manoel Pedro continuará vivo, no cumprimento da sua grande missão.

*«Não sou pobre. Pobre é quem não trabalha».*

*«Não estou na rua, não estou no hospital,  
não estou na casa dos filhos;  
vivo do meu trabalho,  
sou independente e tenho 100 anos de vida».*

Aos cem anos de idade, Manoel Pedro não possuía nada. Mas não se considerava pobre. Nunca se considerou pobre.

Porque trabalhava.

Quem vive como homem não é pobre. Nem rico. É *homem*.

Assim pensava Manoel Pedro, que não tinha nada. Mas tinha o trabalho. E trabalhou até morrer, para não pedir favor, nem ao patrão nem às autoridades.

Morreu *homem*.

*«O trabalho é o que o homem tem de maior».*

*«Não quero passar fome.  
E só o trabalho permite comer e beber o  
necessário para viver intensamente».*  
*«Só lucro mesmo o que como».*

São frases que exprimem um conteúdo muito importante da personalidade de Manoel Pedro, porque valorizam a finalidade primária e primitiva do trabalho no Nordeste, região ainda conhecida como «o triângulo da fome».

Manoel Pedro era um nordestino nas origens, na formação e na vivência. E até sua rebeldia se explica pela fome nordestina que passou até os 12 anos. Depois, venceu a fome trabalhando. Já velho, com 100 anos de idade, sempre respondia com a mesma frase, quando lhe perguntavam por que ainda trabalhava: «em primeiro lugar, trabalho para me sustentar».

Graças a essa determinação, o nordestino Manoel Pedro só passou fome nos primeiros 12 anos de sua existência, vivendo na miséria dos canaviais. Foi uma batalha que venceu, usando o trabalho como instrumento de luta.

*«Obrigado, não aceito.  
Sou artista, prefiro trabalhar».*

Foi assim que Manoel Pedro, numa das vezes em que esteve prêsó, respondeu a um policial que lhe oferecia dinheiro para que denunciasse seus companheiros. Ele sempre preferiu trabalhar, para ser forte e seguro diante dos humildes e dos poderosos. Ele sempre preferiu trabalhar para ser e permanecer livre.

Outra frase que ele repetia muito: «O trabalho faz o homem inocente». Com isso ele queria dizer que, trabalhando, o homem absorve-se e vive para a sua obra, e a obra é boa».

«O trabalho faz o homem inocente» porque, pelo trabalho, ganha o pão honestamente e não se deixa romper.

*«O trabalho é o que faz o mundo».*

*«Eu sou um criador».*

Manoel Pedro descobriu no trabalho a força prodigiosa que realiza o céu e a terra. Considerava-se um criador, continuando a obra do Senhor. E dizia isso com altivez.

Quem podia desmenti-lo? Quem poderia retirar-lhe os méritos da contribuição honesta e competente que sempre deu para a construção do Nordeste?

Sim, ele foi um criador. Participou da produção de açúcar e da fabricação de tecidos, colocando sua inteligência, seu esforço e suas habilidades a serviço dos mais importantes ramos industriais de Pernambuco. Foi ferroviário, vencendo noites e quilômetros na condução de sua locomotiva, para que a riqueza da região circulasse e se multiplicasse. Com suas aptidões profissionais, ajudou a lançar a indústria metalúrgica, fundamental em qualquer economia. Colocou sua energia e seu talento na realização de obras de infra-estrutura que resultaram em maior bem-estar para o povo. Construiu ferrovias e rodovias, e trabalhou nas instalações do pôrto, contribuindo para a integração de Pernambuco com os outros Estados do Nordeste e do Brasil.

Nos últimos anos de sua vida, construiu correntes de ferro que ainda estão espalhadas pelo Nordeste, ajudando máquinas a implantar estradas.

«Eu sou um criador». Manoel Pedro se deu o valor devido, porque sempre teve consciência de sua dignidade de homem trabalhador.

Mas quem celebrará, um dia, o humilde e fecundo trabalho do povo na construção do desenvolvimento do Nordeste?

«E' o trabalho que faz o homem».

«Nunca conheci o desemprego».

«Não teria chegado aos cem anos se não fôsse o estímulo permanente que me veio do trabalho».

São frases de um operário que aos 100 anos continuava trabalhando oito horas por dia, todos os dias. Manoel Pedro explicava que «o trabalho faz o homem» de duas maneiras. A primeira, proporcionando-lhe as condições para viver com dignidade e liberdade. A segunda é um segredo que reside no próprio trabalho. Existe algo no trabalho que tira o homem de si mesmo para projetá-lo através da sua obra. E nessa transformação criadora o trabalho exige do homem o conhecimento da realidade, das pessoas e dos problemas que o cercam. E' a descoberta renovada do mundo que renova o homem.

O trabalho dá oportunidade de exercer os talentos e até o gênio que o povo esconde dentro de si. São riquezas condenadas a dormir eternamente se o trabalho, com suas exigências, não vem para acordá-las.

Manoel Pedro, sempre generoso, dando tudo de si ao mundo em que viveu, certamente teria morrido mais cedo se lhe tivesse faltado o trabalho.

Porque, se «o trabalho faz o homem», é o desemprego o principal destruidor do homem.

E' a destruição que se espalha no rosto das multidões nordestinas desempregadas. Cada desempregado sem perspectivas é um homem destruído pela humilhação, pelo medo, pela angústia, pela revolta, pelo desespero, pela morte.

Manoel Pedro, em 100 anos de trabalho, correu muitas dezenas de empregos. Mas nunca esteve desempregado.

Por isso viveu.

«Quando se trata da verdade ou da justiça, pode custar a minha vida, eu escandalizo tudo».

«Olhe que eu não sou branco nem preto; sou sem cabelo no corpo. Eu sou descendente de índio».

A inquebrantável vontade de independência habitava-o. Herdara-a da raça Caeté, gente guerreira que lutou até que a exterminassem, na defesa de seus direitos nativos. O sangue caeté deu-lhe o impulso natural para a luta. E' ele deu raízes a êsse impulso inato, com a formação de uma aguda consciência da dignidade do trabalho e do trabalhador.

O valor de um militante ou líder operário pode ser avaliado pela concepção que êle tem do trabalho. Isso ajuda a entender a qualidade da luta que Manoel Pedro travou.

Atento à realidade, êle via o operário trabalhar e continuar morrendo de fome, trabalhar e continuar analfabeto, trabalhar e continuar escravizado.

Era a injustiça ferindo o operário no seu direito mais sagrado: o direito de ser *homem* e como tal viver.

Foi uma luta que durou tôda a sua vida, pelo testemunho e pela ação. Mas não foi uma luta improvisada, meramente instintiva. Manoel Pedro sempre cuidou de ser um bom lutador. Principalmente informando-se de tudo quanto de nôvo acontecia no Nordeste, no Brasil e no Mundo. Sempre foi um homem atualizado.

E' assim foi acumulando conhecimentos e atualizando opiniões, guiado pela força da realidade que o cercava.

Nunca renunciou a isso. Aos 100 anos de idade, não apenas guardava na sua memória privilegiada todos os acontecimentos regionais, nacionais e internacionais do passado, mas conhecia o mundo de hoje, seus homens, seus feitos e seus conflitos.

Era um homem que tinha o mundo dentro de si. E' o mundo se refletia nêle.

*«Nunca conheci o medo».  
«Quando o trabalhador tem medo  
é porque não conhece o seu valor».*

Romano, um suíço que vive há 10 anos no Nordeste, foi à festa do centenário do seu amigo íntimo Manoel Pedro para dar um testemunho:

«Conheci Manoel Pedro no dia primeiro de novembro de 1968. Ele estava trabalhando na firma Borrione. Foi o encontro mais extraordinário da minha vida. Eis, diante de mim, um operário mecânico, vivo, inteligente, viril, falando do passado, do presente e até do futuro, com abundância de coração e de espírito. Era o mais velho e mais autêntico testemunho do Nordeste. De pé, realizando um trabalho produtivo e de responsabilidade. Então, eu me tornei mais brasileiro e mais nordestino, porque através dele conheci toda a história da vida operária do Nordeste durante um século».

Romano encontrava, em Manoel Pedro, a expressão da vitória do homem operário. Manoel Pedro foi um vencedor.

E venceu porque sempre foi um lutador.

A luta contra a ignorância e a inaptidão. A luta contra a injustiça e a mentira. Cedo compreendeu que sua eficácia na ação ia depender de sua competência. Então, aprendeu a ler e a escrever sozinho, aprendeu profissões, lutou para ser o melhor. A competência no trabalho e o conhecimento da realidade sempre foram condições por ele consideradas essenciais para quem quer conversar seriamente sobre os direitos e deveres com os patrões e autoridades, e para quem quer ter força nas reivindicações e exercer lideranças junto aos companheiros.

Muitos fazem esse esforço de aprender e tornar-se competentes visando a própria promoção. Manoel Pedro, ao contrário, dedicou-se à libertação de todos.

A sua luta foi a luta da classe operária. Uma luta sem medo. Uma luta vigorosa, apoiada na consciência do próprio valor.

*«Vocês vivem num mar de rosas».*

*«A luta era boa que era danada».*

Manoel Pedro compareceu a uma confraternização operária no Natal de 1968, e disse essas frases entre evocações de lutas passadas e confrontos com as condições atuais da luta operária. Estava entre militantes da classe decididos e engajados, mas era ele o mais jovem, o mais animado, o mais vibrante, dando injeções de ânimo aos que o escutavam.

Fazia o mesmo nas assembléias do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, às quais continuava comparecendo infalivelmente. Ele sentia que ainda podia ser útil ao movimento operário e por isso estava atento ao cumprimento dos seus deveres de trabalhador sindicalizado.

Viveu para a luta e para o trabalho. E foi fiel à missão até o fim.

*«Quero trabalhar até morrer,  
para morrer de pé».*

Aquela imagem do pai doente, inválido, corroído lentamente pela morte, num lar sem pão e sem capacidade de luta, jamais se apagou da mente de Manoel Pedro.

«Eu desejo morrer trabalhando». Tinha êle 92 anos quando entrou no seu último emprêgo, como mecânico. As suas mãos continuavam firmes, a sua lucidez perfeita, a sua capacidade profissional intacta.

Era a luta maior que Manoel Pedro continuava. A luta contra a ignorância, contra a preguiça, contra a estéril mediocridade, contra a própria degenerescência, porque quem trabalha renasce sempre como homem.

Seu sonho maior, êle não o realizou: morrer trabalhando e ser enterrado ali, de pé, junto à última obra que tivesse criado.

Para êle, seria a suprema afirmação do seu valor de homem operário: ser útil até o último minuto de vida.

E ser enterrado de pé.

Nem à morte se queria curvar.

*A morte o chamou no  
dia 14 de agosto de 1969.*

Ontem na oficina fazia correntes de metal.  
Fazia também corrente por tôda a sua vida,  
a corrente dos homens que lutam  
e vencem.

A corrente não se rompeu.  
Passou, hoje, às nossas mãos  
para que se juntassem às mãos  
de Manoel do O,  
que continua fazendo a corrente viva,  
com tôdas as mãos decididas a quebrar os grilhões  
e a libertar o HOMEM.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

- Rodrigues, José Albertino — Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- Alba, Victor — Le Mouvement Ouvrier en Amérique Latine. Paris, Les Editions Ouvrières, 1953.
- Alceu Amoroso Lima — Visão do Nordeste — Rio de Janeiro, Livraria Agir Editôra, 2ª edição 1962.
- Chacon, Vamireh — História das Idéias Socialistas no Brasil. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- Amado, George — Agonia da Noite (Os subterrâneos da Liberdade) S. Paulo, Livraria Martins Editôra, 1963.
- Lins do Rêgo, José — O moleque Ricardo. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 7ª edição 1963.
- Galvão, J.S. — Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.
- Pimenta, Joaquim — Retalhos do Passado — Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- Pereira, Luiz — Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.
- Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco — Vol. XXIX, nn. 135-142. Art. de Melo, Othon Bezerra de Mello.

Rodrigues, Leôncio Martins — Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

Werneck Sodré, Nelson — Formação Histórica do Brasil. S. Paulo, Editôra Brasiliense, 1967.

### Jornais

Diário de Pernambuco	1870-1970
Jornal do Comércio	1915-1930
Jornal Pequeno	1923
Hora Social	1919-1921
A Província	1919-1921
A Luta	1917

### Testemunhas

- Argemiro José dos Santos, Estivador.
- Apolinário Marques da Silva, Líder dos Estivadores, hoje aposentado.
- Jacinta, filha de Manoel do Ó.
- Luiz Araújo, Metalúrgico, amigo de Manoel do Ó.
- Manoel Antônio de Souza, Pedreiro, amigo de Manoel do Ó.

## ÍNDICE

---

Prefácio de Alceu Amoroso Lima .....	5
Cap. I — Homem aos 12 anos .....	15
Cap. II — A longa viagem até à classe operária ...	29
Cap. III — Uma greve de 1.300 quilômetros ....	45
Cap. IV — A arrancada da luta operária .....	77
Cap. V — A hora da tempestade .....	97
Cap. VI — No peito do gigante um coração de homem	115
Cap. VII — Viver e morrer de pé .....	127



Este Livro foi composto e impresso  
nas oficinas gráficas da Editora VOZES  
Limitada, Rua Frei Luís, 100, Petrópolis,  
Estado do Rio de Janeiro, Brasil,  
no ano de 1971, 70º de sua fundaçã.